



Informe Inter-regional: Dimensões e indicadores para mecanismos e procedimentos de avaliação externa de qualidade na perspectiva de pertinência



Co-funded by
the European Union



Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressas são as do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidos como responsáveis por essas opiniões.



Co-funded by
the European Union



INFORME ELABORADO POR:



Sugey Montoya Sandí (SINAES),
María José Abarca Carvajal (SINAES), Yency Calderón
Badilla (UNED), Marieta Elizondo Soto (UNED), Andrea
Soto Grant (TEC).



Marcia Esther Noda Hernández (JAN),
Silvia María Morales González (JAN), Fernando Franco
Flores (JAN), Adalys Grisell Palomo Alemán (JAN),
Roberto de Armas Urquiza (JAN), Edilberto de Jesús Pérez
Ali Osman (JAN).



Jorge Jaime Fringe (CNAQ),
Maria Helena Walters (CNAQ), Rodrigues Ulisses Macada
(CNAQ), Bernardette Manhiça (Unilurio), Fátima Ismael
(Unilurio), Celso Fernando (Unilurio), Genoveva Macovela
Bene (UJC), Nelson Mabucanhane (UJC), Francisco Alar
(UJC), Antonio Alfazema (UJC)



Co-funded by
the European Union

CONTEÚDO GERAL DO INFORME

Introdução	1
1. COSTA RICA:	3
2. CUBA:	4
3. MOÇAMBIQUE:	6
As dimensões e os indicadores com as melhorias incorporadas são apresentados abaixo.	11
• Pertinência como um dos critérios de qualidade	11
• Desenvolvimento local: abordagem conceptual e características	15
• Pertinência e garantia de qualidade	18
Referências bibliográficas	25
Informe sobre los Resultados de la Validación de la Propuesta de Dimensiones e Indicadores para los Mecanismos y Procedimientos de Evaluación Externa de la Calidad desde la perspectiva de la Pertinencia Costa Rica	29
Informe sobre los Resultados de la Validación de la Propuesta de Dimensiones e Indicadores para los Mecanismos y Procedimientos de Evaluación Externa de la Calidad desde la perspectiva de la Pertinencia Cuba	37
Informe sobre los Resultados de la Validación de la Propuesta de Dimensiones e Indicadores para los Mecanismos y Procedimientos de Evaluación Externa de la Calidad desde la perspectiva de la Pertinencia Mozambique	42
Indicadores para evaluar las dimensiones, definición y como medirlos	47

Introdução

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade. A eficácia dos sistemas educativos não se avalia apenas pela quantidade de conhecimentos que permite adquirir, mas também por sua pertinência ao contexto local.

A pertinência refere-se às múltiplas relações entre a educação e o ambiente, de tal modo que as instituições de ensino superior (IES) devem alinhar os processos de formação com os objectivos institucionais e as necessidades do ambiente.

É nesta perspectiva que a pertinência constitui um dos critérios de garantia da qualidade do ensino superior. Desta forma, o projecto TODOS tem como objectivo construir referências consensuadas inter-regionalmente como mecanismos para garantir a qualidade na perspectiva da pertinência e do Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) na comunidade.

Este relatório apresenta o conjunto de dimensões e indicadores que operacionalizam a pertinência como um dos aspectos da avaliação externa da qualidade para emprego pelas Agências Nacionais de Qualidade e Acreditação; e para as IES como instrumentos de planificação e auto-avaliação das experiências de interacção com os elementos da comunidade.

O produto que se apresenta toma como base as melhores práticas internacionais e ao mesmo tempo as especificidades de cada país parceiro do projecto TODOS, para uma transformação efectiva da relação universidade-comunidade.

O objectivo deste recurso é facilitar a avaliação de diferentes experiências educativas na perspectiva da pertinência em relação à ligação universidade-comunidade. É o resultado do trabalho coordenado pelas IES e pelas Agências de acreditação e garantia de qualidade dos países parceiros do projecto: Costa Rica, Cuba e Moçambique.

Metodologia empregue para a proposta de dimensões e indicadores

A metodologia foi aplicada de forma semelhante nos três países e é detalhada de seguida:

- I. Levantamento bibliográfico sobre a noção de pertinência, o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) e conceitos afins, para que sejam consultados entre outras fontes, diferentes modelos de garantia de qualidade (11 nacionais, cinco regionais e um internacional).
- II. Sistematização teórica sobre a garantia de qualidade na perspectiva de pertinência para o DLS.
- III. Como resultado destas duas etapas, cada país parceiro desenvolveu um estado da arte - informes que se anexa ao presente relatório - sobre a «Pertinência como um dos critérios de qualidade» a partir da análise de diversas fontes escritas a nível nacional e internacional e de modelos de acreditação de cursos e de instituições, para obter informações relevantes e descrever o estado da arte sobre a garantia de qualidade comunidade de pertinência.
- IV. Síntese dos aspectos a consultar aos diferentes actores da sociedade em relação aos possíveis mecanismos e procedimentos para avaliar a pertinência das experiências educativas.
- V. Compilação e tabulação dos resultados e discussão no grupo de trabalho para determinar as propostas de dimensões e indicadores para alguns critérios de vários intervenientes, tais como: Instituições de Ensino Superior (IES) (especialistas, gabinetes de qualidade, estudantes, docentes e pares avaliadores); outras instituições (Associações, ONG, especialistas no desenvolvimento local) e a sociedade em geral (directores, líderes, empresários, jovens trabalhadores, outros que procuram trabalho e empregadores das comunidades). No total, foram consultados 1.817 sujeitos. O resultado inicial foi uma proposta ao nível de cada país de dimensões e indicadores para a garantia da qualidade na perspectiva da pertinência, a partir dos insumos obtidos.
- VI. Análise dos resultados e preparação do relatório nacional da Línea 3 para a sua apresentação e debate na Primeira Reunião Geral do Projeto (RG1) desenvolvida em

Havana entre os dias 8 e 10 de setembro de 2025, sob o auspício da Junta de Acreditação Nacional (JAN) da República de Cuba. Nesta reunião, com base na proposta de dimensões e indicadores para a garantia da qualidade elaborada para cada país, e através de um processo de análise comparativa, foi identificada uma proposta inter-regional de dimensões e indicadores.

- VII. Validação, em cada país, da proposta de dimensões e indicadores para a garantia da qualidade acordada durante o RG1 (JAN, CNAQ e SINAES), com a participação de representantes de seis universidades de Cuba (UH, UA), Moçambique (UJC, UniLurio) e da Costa Rica (UNED, TEC). Para a consulta, partiu-se da informação consensuada na Primeira Reunião Geral (desenvolvida em Cuba) sobre as dimensões e indicadores que caracterizam a qualidade na perspectiva da pertinência para o desenvolvimento local sustentável.

Empregaram-se ferramentas e instrumentos de diversa natureza, o que permitiu obter uma visão integral sobre a validade e pertinência das dimensões e indicadores propostos, a partir do envolvimento de diversas partes interessadas no processo, para enriquecer os resultados e fomentar a sua aceitação. Ao mesmo tempo, permitiu sistematizar as recomendações de melhorias gerais e específicas por dimensão de avaliação, que são apresentadas a seguir. As principais ferramentas estão relacionadas com os grupos focais.

A seguir é apresentado um currículo do colaborador para cada país

1. COSTA RICA:

Foram realizados quatro grupos focais no formato virtual (SINAES-UNED e TEC), para que fosse elaborado um guia orientado para o desenvolvimento, o qual incluía 4 partes: introdução, metodologia, perfil dos participantes e agenda. Como ferramentas de apoio foram concebidos dois formulários on-line: O primeiro foi fornecido para registar as recomendações que resultaram da análise em cada grupo focal e o segundo para completar o registo individual de assistência.

As pessoas participantes representam menos três dos seguintes traços:

- Experiência na garantia interna e/ou externa da qualidade seja de cursos, de diversas experiências de formação no ensino superior ou de Instituições de Ensino Superior (IES).
- Assessores dos processos de acreditação do Sistema Nacional de Acreditação do Ensino Superior (SINAES).
- Pessoal docente das IES costa-riquenhas (públicas e privadas) que tenham participado em processos de auto-avaliação e acreditação de qualidade.
- Pessoal especialista ou com experiência em currículo.
- As pessoas que desenvolvem formação e vinculação com a comunidade, que tenham sido consideradas no projecto TODOS.

No total contou-se com a participação de 29 pessoas. Os grupos focais foram desenvolvidos através das plataformas Teams da Microsoft e Zoom. Com o consentimento informado, gravaram-se as quatro sessões virtuais e conta com os correspondentes suportes digitais. Ao concluir o espaço de validação das dimensões e indicadores, as equipas partilharam as suas conclusões numa plenária virtual de encerramento.

2. CUBA:

Para consulta se desenvolveram as seguintes acções:

Entrevistas a especialistas

Objectivo: recolher opiniões qualitativas de especialistas em ensino superior, desenvolvimento sustentável e avaliação institucional.

Ferramentas: Guiões de entrevista semiestruturada que abordem as dimensões e indicadores propostos.

Resultados - envio para solicitar os seus critérios a:

- orientações sobre dispositivos de gestão interna da qualidade dos diferentes organismos de formação existentes no país
- especialistas nos temas da qualidade das IES
- pessoas assessoras dos processos de acreditação da Junta de Acreditação de Cuba (JAN).

No total participaram 46 especialistas.

Grupos Focais

Objectivo: reunir grupos de interesse (estudantes, empregadores, comunidade) para discutir e validar os indicadores propostos.

Ferramentas: Moderador capacitado e guias de discussão que abordam as dimensões chaves.

Resultados - criaram-se quatro (4) grupos:

- Grupo 1: estudantes universitários de graduação e pós-graduação da Universidade de Artemisa
- Grupo 2: estudantes universitários de graduação e pós-graduação da Universidade de Havana
- Grupo 3: graduados e respectivos empregadores da Universidade de Havana
- Grupo 4: graduados e respectivos empregadores da Universidade de Artemisa

No total participaram 47 pessoas.

Questionário

Objectivo: recolher dados quantitativos sobre a percepção da pertinência do ensino superior no desenvolvimento local.

Ferramentas: Plataformas de consultas online (Google Forms) para ~~administrar questionários~~ para diferentes grupos de interesse.

Resultados: aplicaram-se em:

- Dirigentes a nível do município e conselhos populares de 9 províncias.
- Conselhos universitários.

No total participaram 92 pessoas.

Oficinas participativas

Objectivo: envolver as diferentes partes (*stakeholders*) na co-criação e validação dos indicadores.

Ferramentas: dinâmicas de grupos que fomentam a colaboração e a troca de ideias.

Resultados: organizaram-se quatro oficinas com membros da comunidade nos municípios seleccionados, com a participação de 56 pessoas.

Análise Estatística

Objectivo: utilizar ferramentas estatísticas para validar a fiabilidade e validar os indicadores a partir dos dados quantitativos.

Ferramentas: Software estatístico como o SPSS, para análise descritiva e inferencial.

Resultados: confirmou-se que existe validade de conteúdo e concordância nos critérios obtidos com as diferentes ferramentas aplicadas, pelo que se considera que a informação é fiável.

No total contou-se com a participação de 241 pessoas

3. MOÇAMBIQUE:

A consulta foi realizada de forma independente pelo CNAQ e pelas duas IES, nomeadamente UJC e Unilurio. O CNAQ realizou a consulta interna ao seu pessoal dos órgãos directivos, técnicos e gestores de procedimentos (três grupos focais). Cada IES criou dois grupos focais, constituídos por docentes e membros do corpo Técnico Administrativo (CTA).

O exercício de validação compreendeu três momentos: o primeiro consistiu na apresentação e explicação da natureza e objectivos do projecto, bem como os passos dados para a proposta das dimensões e indicadores de validação que seriam validados. Para levar a cabo a validação, os participantes foram convidados a reflectir sobre a sua experiência, o seu conhecimento das dimensões e indicadores do actual sistema de garantia de qualidade do país, bem como a considerar a possibilidade de introdução de microcredenciais em Moçambique.

No total participaram 36 pessoas que têm experiência directa ou indirecta na garantia da qualidade no ensino superior. Entre suas principais características estão incluídas:

- Pessoas assessoras dos processos de acreditação do Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ).
- Pessoas envolvidas na coordenação de actividades de avaliação externa e acreditação de cursos e instituições
- Pessoas com experiência de coordenação de uma unidade interna de garantia de qualidade numa instituição de ensino superior
- Pessoas envolvidas na coordenação da gestão da acreditação e do desenho de qualificações

- Pessoas com experiência de Gestão de procedimentos, participação em avaliações externas através da assessoria a comissões e do apoio a coordenadores
- Técnico de informática, apoio ao projecto e implementação de plataformas de avaliação e gestão de procedimentos
- Pessoas com experiência de participação na autoavaliação de cursos e como avaliador externo
- Pessoas com experiência de docência, investigação e direção do departamento de qualidade na Faculdade

O processo de validação permitiu constatar a sua pertinência e solidez metodológica, ao envolver uma grande diversidade de actores de Cuba, Moçambique e Costa Rica. A combinação de entrevistas, grupos focais, questionários, entrevistas e análises estatísticas proporcionou uma visão integral e enriquecida, garantindo que os resultados reflectissem tanto a experiência técnica como as expectativas das comunidades académicas e sociais. A participação activa dos representantes institucionais e universitários fortaleceu a legitimidade do exercício e gerou recomendações específicas que consolidam a proposta como uma referência para a garantia da qualidade do ensino superior, alinhada com a pertinência e o desenvolvimento local sustentável.

VIII. Articulação dos inputs facilitados a nível nacional num relatório inter-regional. Nos parágrafos seguintes resumem-se os principais resultados obtidos, que se apresentam na ordem seguinte:

- Resultados da validação das dimensões e indicadores em cada país, diferenças e semelhanças. Propostas (anexos com informes nacionais)
- Pertinência como um dos critérios de qualidade
- Dimensões e indicadores
- Bibliografia fundamental empregue

IX. Apresentação para análise e discussão no RG 2 em Moçambique antes da circulação do relatório proposto. Sua validação

Resultados da validação das dimensões e indicadores em cada país, diferenças e semelhanças. Propostas.

De seguida, partilha-se uma síntese das principais recomendações recebidas no processo de validação¹:

Aspectos	COSTA RICA	CUBA	MOZAMBIQUE
Melhoria conceptual	CO.1 Melhorar a clareza conceptual: É necessário um parágrafo introdutório que explique a abordagem do Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), o objecto de avaliação e conceitos chaves como microcredenciais	CU.1 Insuficiente o tratamento – explícito - nas referências básicas que conformam os principais conceitos que são abordados na proposta, como: pertinência, sustentabilidade e desenvolvimento local, nas condições histórico-concretas cubanas CU.2 Reduzido tratamento do tema da inclusão social e da equidade em coerência com o DLS e o ODS	M.1 Os indicadores coincidem ou complementam os do SINAQES, com a vantagem adicional de reforçar o vínculo universidade-comunidade. Por isso, poderia considerar dotar os indicadores do SINAQES de indicadores de pertinência ou relevância M.2 Estas dimensões são muito relevantes, pois podem ser utilizadas na avaliação dos microcredenciais que se pretendem introduzir em Moçambique
Esclarecimento de terminologia	CO.2 Inclusão e coerência: Incorporar o conceito de «entorno local» e utilizar termos mais inclusivos como «actores da comunidade» CO.3 Rever o critério transversais de sustentabilidade e comunicação em toda a proposta.	CU.3 Tratamento desigual das condições de DLS em alguns momentos ao fazer referência às condições sociais e ambientais, se acautelam o aspeto económico ou vice-versa. CU.4 Utilização ambígua de termos como: território, sociedade, contexto, necessidades territoriais e ambiente. CU.5 Abordagem limitada de temas transversais e competências a alcançar.	M.3 Substituir o termo «universidade» por « <i>Instituição de Ensino Superior</i> ». M.4 É necessário melhorar a clareza conceptual de algumas dimensões. Por exemplo, a terminologia deve ser harmonizada: território vs. comunidade vs. sociedade vs. população. M.5 Reflectir sobre a proposta que será avaliada, seja ela preliminar ou operacional.
Redacção e alcance de dimensões e indicadores	CO.4 Os indicadores parecem centrar-se nos diplomas universitários, negligenciando outras modalidades (educação contínua, educação não formal, microcredenciais).	CU.6 As dimensões e os indicadores propostos não são descritos com a profundidade necessária. Tão pouco os critérios, mecanismos e procedimentos de	M.6 Existem casos de indicadores, como por exemplo, sobre a participação da comunidade na elaboração do currículo, que são considerados muito relevantes, embora representem um grande desafio

¹ Para sua comparação organizou-se segundo o tema tratado, o que facilita o processo e a compreensão do documento.

Aspectos	COSTA RICA	CUBA	MOZAMBIQUE
	<p>CO.5 Redação e âmbito dos indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São demasiado amplos e formulados como objectivos, não como indicadores mensuráveis. • Devem especificar o que é medido, como e quando, e ser mais concretos e exequíveis na recolha de dados. <p>CO.6 Recomenda-se a elaboração de um glossário e de um modelo de gestão da qualidade (manual, plano de acção).</p>	<p>avaliação, o que dificulta a sua compreensão.</p> <p>CU. 7 A formulação de alguns indicadores é inadequada, não reflectindo claramente os limites da avaliação.</p> <p>CU.8 Ausência de um glossário de termos básicos para facilitar o estudo e a aplicação da proposta.</p> <p>CU.9 Utilização oportuna de microcredenciais, o que promove o emprego desta poderosa e atualizada ferramenta no modelo de educação contínua defendido pelo sistema de ensino superior cubano.</p>	<p>para o SINAQES, uma vez que ainda não se começou a trabalhar com eles.</p> <p>M.7 Evitar a sobreposição de áreas temáticas</p> <p>M.8 Reforçar indicadores mensuráveis e objectivos</p> <p>M.9 Assegurar o alinhamento com a missão, a visão e as políticas institucionais</p> <p>M.10 Integrar perspectivas transversais relevantes para o contexto organizacional.</p>
Especificidades dos países participantes	<p>CO. 7 Rever a necessidade de inclusão de um indicador adicional que tenha em conta fenómenos sociais como a gentrificação.</p> <p>CO.8 Recomenda-se a remoção do termo currículo.</p> <p>CO.9 Considerar o desenvolvimento de um modelo de trabalho de gestão da qualidade que monitorize cada uma das dimensões (manual, plano de acção a curto prazo).</p> <p>CO.10 Em general recomenda-se realizar melhoras na redacção.</p> <p>CO.11 observa-se que os indicadores estão alinhados com sua respectiva dimensão.</p>	<p>CU.10 Incorporação limitada das experiências cubanas sobre o tema do DLS, com base nas normas legais pertinentes e na sistematização dos resultados da investigação científica sobre a matéria.</p> <p>CU.11 É necessário incorporar como referência o livro "Ascensão à Raiz", o primeiro texto publicado sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Local por um grupo de autores cubanos de várias universidades, em 2019.</p> <p>CU.12 A proposta assenta numa abordagem teórica actualizada, em linha com as principais tendências nacionais e internacionais.</p>	<p>M.11 A participação das instituições de ensino superior no processo de validação é fundamental, uma vez que pode contribuir para a generalização destas dimensões e indicadores no país.</p> <p>M.12 Este exercício é relevante porque estimula o debate ou a reflexão sobre o número de créditos para microcredenciais.</p>

Aspectos	COSTA RICA	CUBA	MOZAMBIQUE
		CU.13 Alinhamento coerente das dimensões propostas com o objecto de avaliação, suportado por indicadores inovadores.	
Conclusiones	CO. 12 Não é necessário fazer qualquer ajuste à proposta original.	CU.14 Não é necessário fazer qualquer ajuste à proposta original.	M.13 Não é necessário fazer qualquer ajuste à proposta original.

Os principais sinais podem ser divididos nos seguintes aspectos:

- Relacionado com o aperfeiçoamento conceptual, sobretudo no que respeita ao tratamento ao DLS, pertinência e sustentabilidade, a inclusão social e a equidade em consonância com o DLS e os ODS, o ambiente local e os actores comunitários, os conceitos de comunidade, sociedade, contexto, necessidades territoriais e ambiente. (Reflectido nos códigos CO1, CU1, CU2, CO2, CO3, CU4, CU5, M4)
- Aspectos formais que podem gerar confusão, como o uso ~~indistinto~~ dos termos DLS económico, social e ambiental, ou o uso inconsistente destes termos em algumas secções, e o uso de "universidade" ou "instituições de ensino superior" quando este último termo seria mais apropriado. (Reflectido nos códigos CU3, M3).
- Critérios relacionados com as dimensões e indicadores, referindo-se fundamentalmente à necessidade de maior clareza conceptual em relação às dimensões e indicadores, à necessidade de clarificar o que se aplica a todos os tipos de programas, à definição e ao âmbito dos indicadores, bem como ao seu método de medição (refletido nos códigos CO4, CO5, CO6, CU6, CU7, CU8, M7, M8, M9, M10, CO10, CO11)
- Critérios altamente específicos para cada país, como os distinguidos pelos códigos CO7, CO8, CO9, CU10 e CU11.

Foram levantados vários aspetos positivos da proposta (M1, M2, M5, M6, CU9, CU12, CU13, M11, M12, CO12, CU14, M13) e, de um modo geral, os três países concordam que a proposta feita na Reunião Geral de Havana não deve ser alterada.

Com base no exposto, foram melhorados alguns aspectos no documento que resume o enquadramento teórico sobre a pertinência e o DLS, bem como as dimensões e indicadores propostos, e que, em grande parte, é semelhante ao que está incluído neste relatório.

Com o objectivo de melhorar ainda mais a proposta e melhorá-la enquanto ferramenta, são feitas as seguintes recomendações:

1. Analisar as melhorias efetuadas para verificar se cumprem os critérios estabelecidos.
2. Avaliar o desenvolvimento de um modelo de trabalho de gestão da qualidade que monitorize cada uma das dimensões (manual, plano de acção a curto prazo).
3. Elaborar um glossário de termos básicos para facilitar o estudo e a aplicação da proposta.
4. Analisar a viabilidade da sua potencial introdução nos sistemas de avaliação e acreditação dos respectivos países para as dimensões e indicadores propostos.

As dimensões e os indicadores com as melhorias incorporadas são apresentados abaixo.

Pertinência e DLS como eixo de qualidade no ensino superior.

A pertinência tornou-se um critério essencial para avaliar a qualidade do ensino superior, ligando a oferta académica às necessidades sociais, culturais e económicas das regiões. Neste contexto, o DLS torna-se um ponto de referência fundamental, exigindo que as instituições de ensino superior articulem os seus processos de gestão, ensino, investigação e extensão, garantindo que a educação responde de forma coerente aos desafios contemporâneos e contribui para o bem-estar colectivo.

• Pertinência como um dos critérios de qualidade

A pertinência é um dos eixos-chave para determinar a qualidade do ensino superior, pois permite verificar o quão adequada, relevante e útil é a oferta educativa (conteúdo, métodos, processos e resultados de aprendizagem) para alcançar os resultados de aprendizagem, às necessidades dos estudantes e às exigências do meio social e profissional (Beneitone, 2022; Roque e Santa Cruz, 2024; Proaño, Molina, Espinosa e Proaño, 2024; AAPIA, 2025).

Entre as suas características fundamentais, destaca-se o seu carácter:

- Multidimensional: varia de acordo com o objecto a que está ligado e, por isso, pode ser analisado sob diferentes dimensões ou categorias.
- Complexo: deve ser entendido na perspectiva das necessidades e expectativas, bem como dos contextos político, económico, social e cultural.
- Dinâmico e contextual: requer análise contínua, participativa e prospetiva que permite projectar as necessidades educativas em contextos dinâmicos, político, económico, social e cultural.

O dicionário da Real Academia Espanhola (RAE) define o termo "pertinência" como a actualidade, a adequação e a conveniência de algo, como algo que é relevante, apropriado ou congruente com o que se espera (original: *La pertinencia es la oportunidad, adecuación y conveniencia de una cosa. Es algo que viene a propósito, que es relevante, apropiado o congruente con aquello que se espera*). Se interpretado no contexto do ensino superior, refere-se geralmente ao alinhamento entre os resultados de aprendizagem planeados e as necessidades das comunidades e da sociedade. No entanto, o debate académico emprega uma variedade de conceitos que reflectem a sua natureza polissémica, incluindo: integral, cultural, económica, política, social e educacional. (Cortez Schall, 2021; Barrantes e Gamboa, 2024).

A **pertinência integral** é amplamente discutida na literatura, particularmente nos documentos da UNESCO, das Conferências Regionais sobre Educação Superior (CRES) e das Conferências Mundiais sobre Educação Superior (CMES). Estas fontes concordam que se refere à capacidade de as instituições de ensino responderem de forma coerente e equilibrada às exigências internas (académicas) e externas (sociais, culturais e económicas). Esta abordagem procura alinhar a oferta educativa às necessidades do ambiente e aos objectivos institucionais. A educação é relevante quando é congruente, ou coerente, com as condições e necessidades sociais, com as normas que regem a convivência social e com as características específicas dos aprendentes nos seus diversos contextos.

A **pertinência social**, referida à sua aplicação ao sub-sistema de ensino superior (Muñoz, 2008; Tünnermann, 2000-2011; Durlak et al., 2019; Weller, 2020; Bayas, Coloma, Gaibor e García, 2022; Martínez et al., 2022; e Lozano et al., 2023), relaciona-se com o papel que as instituições

desempenham na sociedade, de acordo com o que a sociedade espera delas. Assim, como afirma Tünnermann (2000), o conceito de pertinência está ligado ao ideal das instituições, ou seja, a uma imagem desejável das mesmas. Este “ideal” está, naturalmente, ligado aos principais objectivos, necessidades e carências da sociedade em que se inserem, bem como às particularidades do novo contexto global.

A **pertinência educativa** refere-se à capacidade da educação para responder às necessidades, características e realidades de uma comunidade específica, o que, por sua vez, impacta significativamente o desenvolvimento local. Assim sendo, a educação não deve ser um processo homogêneo, mas sim relevante e significativo, adaptado às particularidades de cada região, com o propósito de formar cidadãos capazes de enfrentar os desafios locais que contribuam para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades (UNESCO, 2005; Faerron e Meza, 2022).

Neste sentido, falamos da pertinência do currículo, do ensino e da aprendizagem, e consideramos de forma intercambiável a relação do conteúdo com os interesses, experiências e necessidades dos alunos, a sua adequação ao ambiente sociocultural, económico, linguístico e tecnológico em que é desenvolvido e se as actividades de aprendizagem facilitam a transferência do que foi aprendido para situações e problemas reais, de modo a que se possa alcançar o desenvolvimento de competências e uma formação integral (Horruitiner, 2007; González, 2015; Valdés, 2019; Díaz Ortega, 2021 e Pérez, 2023).

A **pertinência curricular** é avaliada em relação às competências para identificar e resolver problemas no ambiente – desde o nível local ao internacional – de forma analítica, criativa e inovadora, considerando os aspectos que garantem o Desenvolvimento Sustentável e a Cidadania Global (Pérez & Ramírez, 2023). Demonstra-se quando o currículo universitário reflecte as aspirações e características das comunidades e quando articula os processos educativos de forma coerente com os desafios locais, regionais e globais, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Uma das formas através das quais a flexibilidade curricular se manifesta é através das microcredenciais, que constituem um currículo curto, personalizado e modular, orientado pela

procura do mercado de trabalho e, por isso, orientado para necessidades específicas de formação. O seu design e portabilidade, apoiados pelas tecnologias digitais, facilitam a rápida aquisição das credenciais necessárias para o emprego, tornando-as acessíveis a uma população estudantil diversificada.

Outros termos sobre pertinência-educativa estão relacionados com:

- **Aprendizagem flexível e personalizada.** Esta abordagem centra-se na adaptação do ensino às necessidades, interesses e ritmo de aprendizagem de cada estudante. A personalização visa tornar a aprendizagem mais relevante e significativa para os alunos (Weller, 2020).
- **Competências para o Futuro.** Refere-se às competências e conhecimentos necessários para prosperar num mundo do trabalho em constante mudança, como a criatividade, o pensamento crítico e a colaboração. Este conceito enfatiza a necessidade de preparar os alunos para os desafios futuros (Fórum Económico Mundial, 2020).
- **Educação socioemocional.** Foca-se no desenvolvimento de competências emocionais e sociais essenciais para o bem-estar pessoal e o sucesso académico. A educação socio-emocional é relevante em contextos onde o bem-estar mental é fundamental para a aprendizagem (Durlak, J. A. & al., 2019; Hooker Blandford, 2021).
- **Educação inclusiva e diversidade.** Este conceito defende um sistema educativo que reconheça e valorize as diferenças individuais, promovendo a inclusão de todos os alunos, independentemente da sua origem ou capacidades. (Jiménez & Mesa, 2020).
- **Educação para a sustentabilidade.** Esta abordagem educativa procura integrar os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental no currículo, preparando os alunos para enfrentar os desafios ambientais globais (UNESCO, 2021).
- **Aprendizagem baseada na comunidade.** Este modelo enfatiza a colaboração entre instituições de ensino e comunidades locais para abordar problemas sociais e melhorar a relevância da aprendizagem em contextos comunitários específicos (Furco & Billig, 2021).

Por todas as razões acima expostas, a pertinência-é considerada uma expressão da resposta que as instituições de ensino superior oferecem às condições e exigências sociais, culturais e ambientais do contexto em que se inserem, numa perspectiva de autorreflexão. Isto permite-lhes

avaliar os seus processos institucionais, ao mesmo tempo que definem prioridades para impactar eficazmente o desenvolvimento local. Constitui um eixo transversal para a gestão, o ensino, a investigação, a acção social e a garantia da qualidade interna das instituições de ensino superior.

Uma análise contextualizada aos objetivos do Projeto TODOS exige o estabelecimento da relação entre a pertinência e o desenvolvimento local; daí a necessidade de conceptualizar o desenvolvimento local.

- **Desenvolvimento local: abordagem conceptual e características**

O desenvolvimento local é um processo complexo, fruto de uma construção colectiva e visa mobilizar os recursos da comunidade em torno de um projecto comum e incluir toda a população. Envolve uma perspectiva holística do desenvolvimento, abrangendo as dimensões social, política, ambiental, cultural, económica e produtiva.

É geralmente definido como "um processo multidimensional que, de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável incluído na Agenda 2030 das Nações Unidas, engloba, de forma inter-relacionada, as variáveis: económica, social e ambiental" (Comissão Económica para a América Latina e o Caribe [CEPAL], 2017) e também a dimensão institucional (Díaz-Canel e Fernández, 2020; CIEM/PNUD, 2021).

Uma das prioridades é reforçar os vínculos entre o ensino superior e o governo para promover o desenvolvimento local, envolvendo todos os processos universitários e contribuindo com conhecimentos, estratégias, tecnologias e processos de inovação que ajudem a identificar o potencial de exportação, substituir importações, alcançar cadeias de produção e melhorar a qualidade dos serviços. A aposta no desenvolvimento local fortalece a pertinência do ensino superior e a sua capacidade de responder às necessidades e exigências do país; não se trata de liderar o desenvolvimento local, mas sim de o apoiar vigorosamente.

Algumas características-chave do desenvolvimento local incluem:

1. Participação comunitária: envolve os cidadãos na tomada de decisões e no planeamento de projetos, garantindo que as necessidades e prioridades da comunidade sejam satisfeitas.

2. Sustentabilidade: procura o equilíbrio entre o crescimento económico e a conservação ambiental, promovendo práticas que garantam o bem-estar das gerações futuras.
3. Diversificação Económica: incentiva a criação de emprego e a diversificação da economia local, apoiando a criação de pequenas e médias empresas (PME) e o empreendedorismo.
4. Fortalecimento de capacidades: envolve formação e desenvolvimento de competências para a população local, de forma a melhorar a sua capacidade de gerar rendimentos e participar activamente no desenvolvimento da sua comunidade.
5. Colaboração e Trabalho em Rede: promove a colaboração entre diferentes intervenientes, como os governos locais, as organizações não governamentais, as empresas e a comunidade, para alcançar um desenvolvimento mais integral e eficaz.

É importante esclarecer alguns conceitos vitais para o estudo da DLS, entre os quais podemos destacar os seguintes:

- **Comunidade** (ou território²): Não se trata meramente de um pedaço de terra ou de uma característica geográfica. É o espaço geográfico apropriado e transformado pelas relações sociais, pelo poder e pela cultura. Para o avaliador, a comunidade (ou território) é onde se manifesta a identidade de um povo. É o palco onde se dá o desenvolvimento local.
- **Sociedade**: Este é o tecido humano. O conjunto de pessoas que interagem sob normas, valores e objectivos comuns, partilhando uma identidade e cultura. Se a comunidade (ou território) é o palco, a sociedade é o actor principal. De acordo com o tema em questão, a sociedade é a beneficiária final da pertinência universitária.
- **Contexto**: refere-se ao conjunto de circunstâncias (históricas, políticas, económicas e culturais) que envolvem um acontecimento ou situação. O contexto é que dá sentido à realidade. Não é estático; o contexto actual influencia a forma como a universidade deve responder às necessidades do país.
- **Necessidades territoriais (ou da comunidade)**: São as lacunas, deficiências ou exigências específicas identificadas numa determinada comunidade (ou território) para alcançar o seu bem-estar e desenvolvimento. Estas necessidades são identificadas

² Em espanhol emprega-se o termo território para referir o espaço geográfico apropriado e transformado pelas relações sociais, pelo poder e pela cultura (ie comunidade)

através de ferramentas como a Estratégia de Desenvolvimento Municipal (EDM). Constituem o princípio orientador que determina se uma universidade é pertinente ou não.

- **Ambiente:** refere-se ao sistema de factores externos que rodeiam e influenciam uma organização (neste caso, a universidade). O ambiente pode ser imediato (sector produtivo local) ou mediato (tendências globais, alterações climáticas). Ao contrário do território (ou comunidade), o ambiente é definido pela influência que exerce sobre nós.

No entanto, é conveniente diferenciá-los e observá-los na sua relação, por exemplo:

- **Comunidade (ou território) vs Ambiente:** A comunidade (ou território) é construída (implicando pertença e identidade); o meio envolvente nos rodeia e nos afecta (implicando adaptação e resposta). A IES pertence a uma comunidade (ou território), mas interage com um meio.
- **Sociedade versus comunidade (ou território):** A sociedade é a componente humana e dinâmica (o quem); Comunidade (ou território) é a dimensão espacial e política ocupada por um grupo limitado de pessoas que coexistem, se relacionam e apresentam semelhanças.
- **Contexto versus ambiente:** O contexto é a estrutura temporal e circunstancial que dá sentido a uma acção (o porquê e o como do que acontece agora); o ambiente é constituído pelos factores externos específicos com os quais interagimos (as instituições, as leis, o clima).
- **Necessidades comunitárias (ou territoriais) versus exigências sociais:** as necessidades da comunidade (ou territoriais) são geralmente estruturais e técnicas (falta de energia, necessidade de melhorar os solos); as exigências sociais são as reivindicações das pessoas para satisfazer essas necessidades.

Em síntese, pode afirmar-se que as instituições de ensino superior (IES) enfrentam o desafio de trabalhar em colaboração com as comunidades locais para formar indivíduos capazes de gerar e utilizar conhecimento e informação para o desenvolvimento local; produzir informação e conhecimento relevantes para a localidade; contribuir para a melhoria da qualidade da formação profissional; construir e participar em redes locais, nacionais, regionais e internacionais que

garantam o livre fluxo de informação e conhecimento, tornando-os acessíveis a todos na comunidade; e atrair experiências e recursos para a localidade que contribuam para o desenvolvimento e elevem o nível de vida.

- **Pertinência e garantia de qualidade**

O Quarto Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS-4) (Nações Unidas) centra-se em assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e em promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Este objectivo procura abordar diversas áreas relacionadas com a educação, incluindo: o acesso à educação (garantir que todos os jovens e adultos tenham acesso a uma educação acessível e de qualidade), a qualidade da educação (melhorar a qualidade da educação e garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e competências necessários), a educação inclusiva (promover a inclusão e a igualdade no acesso à educação, eliminando as barreiras enfrentadas pelos grupos vulneráveis) e a aprendizagem ao longo da vida, ou seja, fomentar oportunidades de aprendizagem contínua para todas as pessoas, independentemente da idade.

A avaliação da qualidade do ensino superior é extremamente relevante no mundo actual; o seu impacto na formação dos profissionais tem aumentado a consciencialização da sua importância junto dos gestores, professores, pais, e sociedade em geral (Grunauer, Cortón e Hernández, 2019; Pérez López, 2023).

Este atributo da avaliação permite às instituições de ensino superior (IES) cumprir a sua missão de educar cidadãos cultos, autónomos e socialmente responsáveis, participantes activos e conscientes na construção da nação, capazes de compreender as rápidas transformações da globalização e o futuro da humanidade. Isto reflecte-se no desenvolvimento de competências que permitem aos profissionais assumir o seu papel na transformação e melhoria das condições de vida da sociedade (Dias Sobrinho, 2019). Assim sendo, é vital compreender o contexto em que esta avaliação ocorre e a sua coerência com o projecto social, a missão da universidade, a relevância social do conhecimento e a sustentabilidade do sistema educativo em condições de restrição estrutural. Nesta perspetiva, a sustentabilidade deve ser entendida como um princípio transversal que abrange as dimensões institucional, epistemológica, pedagógica, tecnológica, ambiental e ético-política, assegurando que as instituições de ensino superior respondam de

forma integral aos desafios contemporâneos. Neste contexto, a avaliação da qualidade e a acreditação desempenham um papel fundamental na promoção e garantia da qualidade das IES, uma vez que estes processos fomentam melhorias tanto nos programas como na própria instituição (Saborido, 2019). Assim, a estudantes consolida-se como um critério de qualidade presente nas diversas dimensões dos modelos de garantia – seja na avaliação e acreditação institucional, dos programas de graduação ou dos sistemas internos de garantia de qualidade – reforçando o seu papel estratégico na construção de um sistema de ensino superior coerente com as necessidades sociais e territoriais (ou da comunidade) (Torres, 2022).

A acreditação constitui força motriz para que as IES incorporem de forma mais explícita as orientações vinculadas ao desenvolvimento local sustentável nos seus currículos. Os modelos de acreditação mais recentes demonstram uma articulação mais intencional, consistente e explícita dos critérios para avaliar a pertinência para o desenvolvimento sustentável. A presença da Investigação e Desenvolvimento (I&D) como critério de qualidade é reforçada através de dimensões como a Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) e contributos para a sociedade, que impactam directamente a relevância da IES.

Em todos os modelos analisados, a pertinência é assegurada através de processos contínuos de melhoria da qualidade no ensino superior. A sua avaliação é realizada através de diversos aspectos:

- Alinhamento com as necessidades sociais e de mercado: esta secção avalia a forma como os programas académicos respondem às exigências do mercado de trabalho e às necessidades da sociedade. Isto inclui identificar as competências exigidas na área profissional.
- Objectivos e Resultados: verifica-se se os objectivos de formação dos programas são claros e estão alinhados com as necessidades do contexto socioeconómico.
- Actualização curricular: as instituições são incentivadas a manter os seus currículos actualizados para garantir que a formação oferecida se mantenha relevante e pertinente.
- Relevância Social e Económica: examina-se a relevância da formação oferecida.
- Envolvimento Comunitário: A relação entre a instituição de ensino e o seu ambiente, incluindo as empresas e as organizações, é fundamental para avaliar a pertinência.

- Participação de actores externos: as opiniões dos empregadores, dos graduados e de outros actores relevantes são consideradas na avaliação da pertinência do programa.
- Avaliação Contínua: a autoavaliação e a melhoria contínua são encorajadas, estimulando as instituições a rever e adaptar os seus programas com base nas exigências em constante evolução.

A pertinência dos programas académicos e das instituições de ensino superior (IES) é considerada uma componente essencial nos seus processos de avaliação e acreditação. Isto permite garantir que as instituições de ensino oferecem formação que não só vai ao encontro dos padrões de qualidade, mas também responde às reais necessidades do mercado de trabalho e da sociedade em geral. As microcredenciais, que são certificações de competências específicas, que um indivíduo pode obter para demonstrar proficiência numa determinada área, estão a ser implementadas neste contexto. Estas certificações centram-se geralmente em competências práticas e técnicas, em vez de diplomas académicos completos (Villegas, 2023).

• **Dimensões e indicadores para os mecanismos e procedimentos de avaliação externa da qualidade em termos de pertinência.**

No caso do sistema de ensino universitário, a pertinência não é simplesmente uma adaptação externa às exigências do mercado de trabalho ou da tecnocracia, mas antes uma emergência interna do sistema em relação ao seu ambiente. Portanto, quando a pertinência é considerada uma categoria relacional, entende-se que não é imposta a partir do exterior, mas sim co-construída a partir da dinâmica interna do sistema (educação, investigação, extensão) em interação com o seu meio (comunidade, território, sociedade).

É neste contexto que uma instituição de ensino superior (IES) com um forte sentido de pertença pode participar na geração de sinergias que irão acelerar a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a médio e longo prazo. A sua principal responsabilidade é formar o número necessário de profissionais qualificados e oferecer diversas experiências de aprendizagem à comunidade para o desenvolvimento profissional, a educação contínua e a aquisição de novas competências (aperfeiçoamento - *upskilling* e requalificação - *reskilling*). Isto permitirá aos indivíduos interpretar e descodificar o conhecimento global e aplicá-lo de forma

construtiva e contextualizada ao cenário de desenvolvimento local. Nesta perspetiva, o conhecimento não é "importado" em sistemas patenteados por grandes corporações globais, mas antes actua como conhecimento activo, participativo, contextualizado e criativo dentro dos indivíduos e no seu trabalho, abordando diversos problemas e fomentando oportunidades nas comunidades locais.

Com base no anteriormente exposto, a garantia da qualidade do ensino superior, em termos de pertinência e DLS, pode ser avaliada considerando como referência as seguintes cinco (5) dimensões e respectivos indicadores³:

1. **Gestão e Governação institucional:** refere-se à administração e organização de recursos, processos e pessoas dentro de uma instituição para alcançar os seus objectivos, bem como às estruturas, regras e processos que regulam a tomada de decisões e o funcionamento da instituição. Uma boa governação assegura que a instituição de ensino cumpra a sua missão e responda às necessidades da comunidade, com transparência através da prestação de contas e da participação das partes interessadas.
2. **Colaboração entre as IES e a comunidade/território:** esta procura estabelecer laços que beneficiem ambas as partes. Esta colaboração permite às IES contribuir para o desenvolvimento local, económico, social e ambiental do território, enquanto a sociedade beneficia do conhecimento e da inovação gerados nas instituições académicas.
3. **Desenho e implementação curricular:** o desenho curricular envolve a definição dos resultados de aprendizagem, das microcredenciais, dos métodos de ensino e da avaliação de um programa de graduação ou pós-graduação. Este processo deve ser consistente com os objectivos educativos e as necessidades dos estudantes, e completa-se com a implementação curricular, ou seja, a execução desta planificação nos espaços ou ambientes de aprendizagem, garantindo que os objectivos estabelecidos sejam atingidos. É fundamental considerar a diversidade do corpo discente e adaptar o currículo para promover uma aprendizagem inclusiva e significativa.

³ As dimensões e indicadores que se apresentam resultam de uma exaustiva discussão desenvolvida pelos integrantes da Linha 3 na RG1 em setembro de 2025 em Havana, Cuba

4. **Aprendizagem ao longo da vida:** é fundamental promover a aquisição contínua de conhecimentos e competências ao longo da vida de diversas populações, incluindo o corpo docente. Reconhece-se que a aprendizagem não se limita à educação formal em etapas específicas (como a escola ou as IES), mas ocorre em vários contextos, incluindo o trabalho, a família e a comunidade. Este conceito é essencial num mundo em constante transformação, onde as competências exigidas estão em constante evolução⁴.
5. **Impacto e transformação social:** refere-se aos efeitos que uma acção, programa ou política tem na sociedade, especialmente em termos de melhoria do bem-estar social, económico e ambiental. Envolve também mudanças significativas nas estruturas, relações e práticas sociais que podem resultar de iniciativas educativas, políticas públicas ou movimentos sociais. As instituições de ensino desempenham um papel fundamental neste processo, formando cidadãos críticos e empenhados que possam contribuir para mudanças positivas nas suas comunidades.

Os seguintes indicadores são propostos para avaliar as dimensões⁵:

a) Gestão e governação institucional

- **Cumprimento dos objectivos de planificação e implementação relacionados com o desenvolvimento local sustentável.** Este indicador mede a eficácia das instituições na planificação e implementação de acções que promovam o DLS, avaliando se os objectivos estabelecidos nos planos de desenvolvimento são atingidos.
- **Alinhamento das acções com as regulamentações e estratégias regionais/municipais/comunitárias.** Este indicador mede o grau em que os diferentes tipos e modalidades de ensino oferecidos pelas IES estão alinhados e em consonância com os regulamentos e estratégias estabelecidos a nível regional, municipal e comunitário, conforme aplicável. O alinhamento eficaz da oferta educativa garante que

⁴ Neste sentido as microcredenciais estão transformando a forma em que os profissionais acedem a educação e respondem as demandas do mercado laboral. Seu enfoque práctico e flexível permite aos indivíduos adquirir habilidades específicas sem necessidade de completar programas longos ou onerosos, o que as converte numa ferramenta valiosa para o desenvolvimento profissional contínuo

⁵ Anexam-se os componentes e forma de medir e controlar o seu cumprimento

as iniciativas contribuam para os objectivos mais amplos de desenvolvimento sustentável e coesão territorial.

- **Nível de participação da comunidade nos processos de decisão para a implementação de ações de DLS.** Este indicador mede o nível de envolvimento e participação activa da comunidade nos processos de tomada de decisão que afectam a implementação de acções relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Uma maior participação da comunidade pode levar a decisões mais inclusivas e eficazes.
- **Mecanismos de feedback para a tomada de decisão em processos internos de gestão da qualidade.** Este indicador avalia a existência e a eficácia de mecanismos que permitem o feedback dentro dos processos internos de gestão da qualidade. O feedback é essencial para a melhoria contínua dos processos e para garantir o seu alinhamento com os objectivos institucionais.

b) Colaboração IES – Sociedade

- **Mecanismos de detectar necessidades e oportunidades actuais e futuras.** Este indicador mede a existência e a eficácia dos mecanismos utilizados pela universidade para identificar as necessidades e oportunidades que a sociedade apresenta no presente e no futuro.
- **Alianças e relações de colaboração estabelecidas entre as IES e os actores locais.** Este indicador avalia a quantidade e a qualidade das alianças e relações estabelecidas entre as IES e diversos intervenientes locais (governos, empresas, ONG, etc.).
- **Acções implementadas que integram as actividades da universidade às necessidades da sociedade.** Este indicador mede as acções específicas que foram implementadas pela IES para responder às necessidades identificadas na sociedade.
- **Alinhamento entre a investigação e as necessidades e o potencial do território (ou comunidade).** Este indicador avalia como a investigação realizada nas instituições de ensino superior está alinhada com as necessidades, o conhecimento local e os recursos do território (ou comunidade).

c) Desenho e implementação curricular

- **Coerência entre o perfil do graduado, o currículo e as necessidades territoriais (comunitárias).** Este indicador mede o grau de alinhamento do perfil do graduado com o currículo académico e as necessidades específicas do território (ou comunidade) onde se localiza a instituição de ensino superior. Mede também o grau em que o perfil do graduado define conhecimentos, competências, atitudes e valores de acordo com o contexto.
- **Frequência e actualização do perfil do graduado.** Este indicador avalia a frequência com que o perfil do graduado é revisto e actualizado para garantir a sua relevância em relação às mudanças sociais, económicas e tecnológicas.
- **Desenvolvimento de competências ou resultados de aprendizagem para o DLS.** Este indicador mede a clareza e a pertinência das competências ou resultados de aprendizagem definidos para cada programa académico, assegurando que estão ligados à resolução de problemas no ambiente, à liderança para a transformação social, ao empreendedorismo para impulsionar o desenvolvimento económico a nível territorial (ou comunitário) e à comunicação com utilização avançada das TIC para promover a coesão social e iniciativas de inovação e desenvolvimento.
- **Grau de flexibilidade curricular para incorporar a aprendizagens provenientes da comunidade (ou território).** Este indicador avalia a capacidade do currículo para se adaptar e integrar aprendizagens e experiências relevantes do contexto local, com base na existência de canais formais de consulta com as partes interessadas locais (empresas, ONG, governos, comunidades) para melhorar o currículo.

d) Aprendizagem ao longo da vida

- **Articulação de programas de formação específicos (microcredenciais) com a oferta de cursos de licenciatura e pós-graduação.** Este indicador mede o grau de integração e alinhamento das microcredenciais com os programas de graduação e pós-graduação oferecidos pela instituição de ensino superior.
- **Relação entre programas de formação de diferentes níveis dentro do mesmo ramo.** Este indicador avalia a coerência e a continuidade entre os vários programas de formação (licenciatura, pós-graduação, microcredenciais) dentro do mesmo ramo.

- **Capacidade das IES para responder às necessidades de formação das diferentes populações.** Este indicador mede a capacidade das instituições de ensino superior para oferecer diferentes tipos e modalidades de aprendizagem flexível que respondam às necessidades específicas de desenvolvimento profissional e de actualização de diversas populações, incluindo o corpo docente da IES.

e) Impacto e transformação social

- **Mecanismos de avaliação do impacto das acções implementadas.** Este indicador mede a existência e a eficácia dos mecanismos utilizados pela instituição para avaliar o impacto das acções e programas de formação implementados na comunidade.
- **Inserção dos graduados no contexto local.** Este indicador avalia a taxa e a qualidade da inserção dos graduados no mercado de trabalho local, bem como o seu contributo para o desenvolvimento económico e social da comunidade.
- **Nível de responsabilidade e influência dos graduados na tomada de decisões, inovação e transformação social.** Este indicador mede o grau em que os graduados participam activamente nos processos de tomada de decisão, inovação e transformação social nas suas comunidades ou sectores profissionais. Percentagem de estudantes e graduados que participam ou lideram iniciativas que impactam o desenvolvimento económico, social, ambiental ou cultural da comunidade (ou território ou região).

Referências bibliográficas

- Agencia de Acreditación de Programas de Ingeniería Arquitectura (AAPIA). (2025). Criterios y procedimientos para la Acreditación De Carreras de Ingeniería 2025. <https://aapia.cfia.or.cr/wp-content/uploads/2025/02/manual-de-criterios-y-procedimientos-para-la-acreditacion-para-carreras-de-ingenieria-2025.pdf>
- Barrantes, L., & Gamboa Sánchez, B. (2024). Necesidades, Expectativas y Realidades. Un Estudio de Caso sobre Pertinencia de la Oferta Académica en la Universidad Nacional, Sede Regional Brunca. Márgenes Revista De Educación De La Universidad De Málaga, 5(1), 15–35. <https://doi.org/10.24310/mar.5.1.2024.15781>

- Bayas Romero, E. L., Coloma Coloma, L. H., Gaibor Yáñez, Í. D., & García García, V. T. (2022). La investigación educativa y su pertinencia social en las instituciones de educación superior. *Pro Sciences: Revista De Producción, Ciencias E Investigación*, 6(42), 203-210. <https://doi.org/10.29018/issn.2588-1000vol6iss42.2022pp203-210>
- Beneitone, P. (2023). Diseño de una Metodología para Evaluar la Pertinencia de las Instituciones de Educación Superior (IES). <https://www.sinaes.ac.cr/wp-content/uploads/2023/03/SINAES-INDEIN-Investigacion-Pertinencia-Dr.PabloBeneitone.pdf>
- CIEM, PNUD (2021) Informe Nacional de Desarrollo Humano. Cuba, ascenso a la raíz. La perspectiva local del desarrollo humano en Cuba.
- Comisión Económica Para América Latina y el Caribe [CEPAL], 2017
- Cortez Schall, C. (2021). La universidad en su redefinición epistemológica institucional. *Revistas innovaciones educativas*. Volumen 23. Número 34, 26-41.
- Díaz Ortega, C. H. (2021). Programa de Contaduría Pública de Colombia y su pertinencia con la calidad del egresado. *Revista Colombiana de Contabilidad*, 9(17), 65–92.
- Díaz-Canel Bermúdez, M. y Fernández González, A. (2020). Gestión de gobierno, educación superior, ciencia, innovación y desarrollo local. *Retos de la Dirección*; 14(2): 5-32
- Durlak, J. A., & al. (2019). The Impact of Enhancing Students' Social and Emotional Learning: A Meta-Analysis of School-Based Universal Interventions. *Child Development*, 82(1), 405-432.
- Faerron Chavarría, E. y Meza-Pérez, J. P. (2022). Evaluación de la pertinencia social y educativa de las carreras de bibliotecología de la UNED, periodo 2010-2021. *Revista Espiga*, 22(45), 141-165.
- Furco, A., Billig, S. H. (2021). Service-Learning: An Introduction to the Special Issue on Service-Learning in Higher Education. *Journal of Higher Education Outreach and Engagement*, 25(1), 5-10
- González, M. (2015). «*La pertinencia social en la educación cubana: un enfoque desde la comunidad*». *Revista Cubana de Educación Superior*, 34(1), 45-58.]
- Grunauer Robalino, G. R., Cortón Romero, B., & Ovel Hernández Sigler, E. (2019). La gestión de la calidad de la educación superior: Su incidencia en el logro de los objetivos y metas de

la Agenda 2030. Instituto Superior Tecnológico Bolivariano de Tecnología; Universidad de Oriente, Santiago de Cuba.

Horrutiner Silva, P. (2007). [El modelo de acreditación de carreras de la educación superior cubana. Revista Iberoamericana de Educación. ISSN: 1681-5653, n.º 44/2]

Hooker Blandford, A. S. (2021). Pertinencia y calidad de la educación superior: perspectiva de los pueblos indígenas y afrodescendientes. Índice: Revista De Educación De Nicaragua, 1(1), 35–44. Recuperado a partir de <https://revistaindice.cnu.edu.ni/index.php/indice/article/view/13>

Jiménez Carrillo, J, y Mesa Villavicencio, Paulina. (2020). La cultura inclusiva para la atención a la diversidad. Dilemas contemporáneos, educación, política y valores, 8(spe5), 00001. Epub 28 de enero de 2021. <https://doi.org/10.46377/dilemas.v8i.2476>

Lozano Plazas, J.E., Monje Álvarez, C.A., Ramírez Gutiérrez, J.A., Quintero Bonilla, A., Polanía Perdomo, J., Barrero Galindo, M.I., López Daza, G.A., Olivera Plaza, S.L. y Núñez Gómez, N.A. (2023). Pertinencia en la Educación Superior: Una mirada rápida a los aportes en las últimas décadas. Revista Aletheia, 15(1), 1-30. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10044658>

Martínez Iñiguez, J. E, González Machado, E. C. y Ramírez Iñiguez, A, A (2022). La pertinencia social del currículo de la licenciatura en ciencias de la educación de la UABC. Un estudio contextual. En el libro gestión curricular: reflexiones y experiencias de trabajo en educación superior (pp. 33-46)

Muñoz, M. R. (2008). Pertinencia y nuevos roles de la educación superior en la región. En C. Tünnermann Bernheim (Ed.), La educación superior en América Latina y el Caribe: Diez años después de la Conferencia Mundial de 1998 (pp. 165–186). UNESCO-IESALC; Pontificia Universidad Javeriana.

Naciones Unidas. (n.d.). Objetivo 4: Garantizar una educación inclusiva, equitativa y de calidad y promover oportunidades de aprendizaje durante toda la vida para todos. Recuperado de <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/education/>

Pérez López, E. (2023). Pertinencia, Calidad e Innovación en Educación Superior. InterSedes, 24(49), 255-275. <https://dx.doi.org/10.15517/isucr.v24i49.50180>

- Pérez, M., & Ramírez, J. (2023). Educación para el desarrollo sostenible: hacia una visión integral y contextualizada. *Revista de Educación y Desarrollo*, 45(2), 55–70. <https://www.redalyc.org/journal/5886/588661549016/html/>
- Proaño Reyes G, Molina Mayorga E, Espinosa Huanca D, Proaño Toapanta C. Evaluation of the quality of postgraduate studies in Ecuador, indicator of relevance and effectiveness. *Salud, Ciencia y Tecnología - Serie de Conferencias*. 2024; 3:.773. <https://doi.org/10.56294/sctconf2024.773>
- Roque, L. M. F., y Santa Cruz, J. H. B. (2024). Gestión y pertinencia educativa de los institutos de educación superior tecnológico público de la provincia de Lambayeque, Perú. *Hacedor-AIAPÆC*, 8(1), 13-26. <https://doi.org/10.26495/hacedor.v8i1.2767>
- Dias Sobrinho, J. (2019). Qualidade, pertinencia, relevancia, responsabilidade social, bem público. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior*. (24) 1. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000100001>
- Saborido Loidi, J. R. (2019). Universidad y sistema educativo. Articulación, calidad y pertinencia para el desarrollo / University and educational system. Articulation, quality and relevance for development. *ISLAS*, 61(193), pp. 143–159. Recuperado a partir de <https://islas.uclv.edu.cu/index.php/islas/article/view/1097>
- Torres Arrieta, A. (2022). Pertinencia Social de la Planificación Didáctica Curricular y Calidad Educativa en la Institución María Eugenia Velandia Suarez. *Experior*, 1(2), 161-172. <https://doi.org/10.56880/experior12.5>
- Tünnermann, C. (2011). *Pertinencia y calidad de la educación superior*. Barranquilla: Universidad del Atlántico.
- UNESCO (2005). *Educación para todos: El desafío de la calidad*. Informe Mundial sobre la Educación. Recuperado de UNESCO
- UNESCO (2021). *Education for Sustainable Development: Goals*. Recuperado de UNESCO 2021
- Valdés, J. (2019). «*Formación profesional y pertinencia en el contexto cubano: desafíos y perspectivas*». *Revista Cubana de Formación Profesional*, 8(2), 55-70]
- Weller, M. (2020). *25 Years of Ed Tech*. Athabasca University Press
- World Economic Forum (2020). *The Future of Jobs Report 2020*. Recuperado de WEF

LÍNEA 3: GARANTÍA DE CALIDAD DESDE LA PERSPECTIVA DE LA PERTINENCIA

Informe sobre los Resultados de la Validación de la Propuesta de Dimensiones e Indicadores para los Mecanismos y Procedimientos de Evaluación Externa de la Calidad desde la perspectiva de la Pertinencia Costa Rica



Autores del informe (nombre(s), apellido(s), institución):

- Sugey Montoya Sandí, Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior (SINAES)
- María José Abarca Carvajal, Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior (SINAES)
- Yency Calderón Badilla, Universidad Estatal a Distancia (UNED)
- Marieta Elizondo Soto, Universidad Estatal a Distancia (UNED)
- Andrea Soto Grant, Tecnológico de Costa Rica (TEC)

I. Retroalimentación obtenida

I.I. Resumen de la retroalimentación obtenida de las personas consultadas a nivel

país: ¿cómo se ha recibido la propuesta a nivel de su país? ¿qué comentarios se han realizado?

La información recabada por medio de los 4 grupos focales realizados (SINAES-UNED y TEC) permitió sistematizar recomendaciones de mejora generales y específicas por dimensión de evaluación, las cuales se presentan a continuación:

Observaciones Generales sobre la Propuesta

- Para facilitar la comprensión de la propuesta de dimensiones e indicadores se requiere un apartado introductorio para que se contextualice desde el proyecto (no como un apartado desde la teoría): el enfoque de Desarrollo Local Sostenible, el objeto de evaluación (diversos tipos y modalidades de aprendizaje) de las dimensiones e indicadores y, particularmente, profundizar en el concepto de microcredenciales.
- Retomar el análisis del objeto de evaluación de las dimensiones e indicadores para que sea claramente comprensible y se refleje de forma consistente en toda la propuesta. Se observa una percepción de que los indicadores se enfocan más en carreras universitarias y no en otros tipos y modalidades de experiencias de

aprendizaje que se ofrecen en la educación superior (formación continua, asignaturas, educación no formal, ofertas para la actualización del personal docente y egresados, y más recientemente las microcredenciales).

- Valorar según el objeto de evaluación si es mejor referirse a «*Resultados de aprendizaje*» y no a «*Currículum*».
- Incorporar una descripción de las dimensiones para facilitar su comprensión y coherencia con los indicadores incluidos en cada una.
- Revisar el criterio transversal de sostenibilidad en toda la propuesta.
- Recomendaciones sobre la redacción de los indicadores:
 - Se plantean en forma muy amplia.
 - Están redactados como objetivos, pero no todos incluyen el qué, cómo y para qué.
 - Reducir el alcance de los indicadores porque son ambiciosos y difíciles de medir.
 - Un indicador tiene que ser algo más específico, medible y que establezca con claridad los tiempos para realizar las mediciones. Se recomienda que en los indicadores se clarifique qué se mide y cuándo.
 - Revisar si los indicadores se ajustan a aquello que podría solicitarse a una microcredencial, que por su naturaleza tiene un contenido acotado/pequeño y puntual en el tiempo.
 - Analizar la viabilidad del levantamiento de la información para cumplir con cada indicador.
- Revisar que el concepto de «*entorno local*» aparezca de forma consistente en todas las dimensiones e indicadores.
- El uso de los términos comunidad/territorio puede ser más inclusivo como, *ej.*: «*actores que conforman el territorio*».
- Valorar desarrollar un modelo de trabajo de gestión de la calidad que dé seguimiento a cada una de las dimensiones (manual, plan de acción corto plazo).
- Elaborar un glosario de términos básicos necesario para la comprensión de las dimensiones e indicadores.
- Se observa que los indicadores están alineados con su respectiva dimensión.
- En general se recomienda realizar mejoras en la redacción.

Observaciones por dimensión de evaluación

Dimensión 1: Gestión y gobernanza institucional

- Las afirmaciones de los cuatro indicadores son muy generales lo que dificulta su medición.
- Indicador 1.1: Revisar la redacción del indicador ya que es en la planificación donde se definen los objetivos. Además, clarificar el nivel de planificación al que se refiere y quién participa en esa planificación.

- Indicador 1.2: El indicador está subordinado a las normas y lineamientos existentes. Sin embargo, se observa que el proyecto debería analizar y revisar la normativa existente y valorar si hay que transformarla o ajustarla a las necesidades. También, clarificar las acciones, de quién o cuáles instituciones. Por otra parte, se observa que se debe fortalecer los vínculos regionales/ municipales/ comunitarias para que haya más trazabilidad y coherencia con los proyectos que ellos también tienen, para no estar desalineados y tener claro lo que hacen para no duplicar esfuerzos.
- Indicador 1.3:
 - Revisar la congruencia para que el indicador contemple todos los niveles.
 - Se valora necesario que haya un lineamiento estratégico y también espacios comunes y grupos focales donde se comparta lo que se está haciendo y haya realimentación para validar y ajustar lo que se hace, así como un liderazgo (persona responsable de convocar). Asimismo, se recomienda incluir reuniones sistemáticas (actividades de seguimiento) donde se comuniquen todas las acciones del DLS y los avances.
 - En un grupo focal se señalaron dificultades para poner en operación este indicador debido a la forma en que se ejecutan los procesos, es limitado por las poblaciones.
 - Considerar aclarar que se escucha a las comunidades y luego se toman las decisiones.
- Indicador 1.4: ¿Cuáles aspectos del entorno?
- Incorporar un indicador que deleve la observancia de población vulnerable desde mecanismos que se contemplan y rigen organismos internacionales.
- Revisar la presencia del eje transversal de comunicación, ¿cómo llega esa información a las comunidades y la retroalimentación?

Dimensión 2: Colaboración Universidad-Sociedad/Territorio

- La dimensión debe referirse a las necesidades del territorio, no de la sociedad, que es un concepto muy amplio.
- Indicador 2.1: vincularlo un poco con el DLS. *Ej.: «Alianzas colaborativas, convenios y relaciones establecidas entre la universidad y los actores territoriales para el DLS».* Se podría eliminar la palabra convenio porque puede tener diferentes definiciones a lo interno y externo de una institución. Se puede incluir solo «*alianzas colaborativas*».
- Indicador 2.3: Revisar redacción: acciones implementadas por la universidad que responden.... En relación con territorios propiamente indígenas, se podría incluir en un indicador la especificación de las poblaciones que abarca el concepto de territorio. No queda claro si territorio es igual a sociedad.

- Indicador 2.4: Clarificar ¿qué se evalúa? esto permite que la redacción sea menos extensa.
- Los indicadores 2.3 y 2.4 son muy similares y no necesariamente la investigación lo lleva a la sociedad, primero se investiga y luego eso lleva a la extensión. En la explicación podrían colocar entre paréntesis investigación y extensión.

Dimensión 3: Diseño e Implementación Curricular

- Revisar la pertinencia de los indicadores en relación con el tipo de oferta curricular y la audiencia a la que se dirige. ¿A qué se refiere la palabra currículo? Se recomienda eliminar es término.
- Indicador 3.1:
 - Se comprende que el indicador hace referencia a un perfil de carrera universitaria y no de otras experiencias de aprendizaje que se brindan desde la universidad en las que ahora también se incluyen la microcredenciales. Tal y como está redactado el indicador parece que se va a evaluar una carrera universitaria/parauniversitaria⁶. La microcredencial no necesariamente forma parte de un currículo.
 - Hay que analizar el perfil del graduado de una microcredencial con las necesidades actuales de cada territorio. Un graduado debería tener la capacidad de trabajar en cualquier parte del país. Un perfil de un graduado no debería de limitarse a un territorio. Considerar perfil de ingreso.
 - En este indicador, el término «necesidades territoriales» es confuso si se piensa en un espacio físico, significaría que se tengan que definir perfiles/currículos diferentes dependiendo del territorio. Este indicador podría referirse a «resultados de aprendizaje» en lugar de a «perfil de graduado».
- Indicador 3.2: Incorporar el eje ambiente y económico. La actualización debiera ser un proceso permanente. ¿Se desea evaluar la microcredencial o el área que gestiona la microcredencial? Aclarar si se tiene definido los mecanismos para identificar las necesidades de actualización del perfil, currículo.
- Indicador 3.3: ¿interpretan atributos como competencias? ¿Deberían de cambiarse los atributos para cumplir con el DLS?
- Revisar si hay relación entre los indicadores 3.3 y 3.4.
- Indicadores 3.4: debería ser el grado en el cual el currículo de la microcredencial se modifica a lo largo del tiempo, pero no que intrínsecamente es flexible cada vez que se imparte. es diferente hablar de territorio que de sociedad. En el caso de los programas de ingeniería, no deberían de estarse cambiando de forma sustancial, se le podrían hacer ajustes, pero hacer una modificación del currículo

⁶ En Costa Rica se comprende por carrera parauniversitaria la oferta educativa técnica a nivel de diplomado.

del 20 % o más para satisfacer a un territorio, sería difícil en lo práctico.

- Cambiar orden de indicadores: 3.3 de 1, 3.4 de 2, 3.1 de 3 y 3.2 de 4.
- Agregar en el 3.4: «*incorporar aprendizajes y saberes*».

Dimensión 4. Aprendizaje a lo largo de la vida

- Indicador 4.1: No todos necesariamente se tienen que articular con la oferta de (pre) grado y posgrado. Se sugiere esta redacción «*Grado de Articulación de propuestas formativas focalizadas (microcredenciales) con la oferta de (pre) grado y posgrado*». Revisar si este indicador se refiere a los tres grados, y si se contempla la educación formal y no formal. Considerar opciones de posdoctorado y la vinculación con las ofertas de extensión y si se indica la articulación de la microcredencial con ofertas universitarias en general.
- Indicador 4.2. Se da a entender que la oferta de microcredenciales debe estar asociada con la oferta de (pre)grado y posgrado, pero no necesariamente debe ser así en todos. Clarificar el objeto de evaluación de este indicador.
- Indicador 4.3: ¿Sería la capacidad de las propuestas formativas focalizadas de la microcredencial? No está claro qué tipo de población en los diferentes territorios, no se detalla el tipo o si es general. Si se segregan mucho los temas o actualizaciones específicas, va a costar mucho poder brindar las capacitaciones principalmente por el tema financiero. Falta incorporar lo social.

Dimensión 5: Impacto y transformación social

- Indicador 5.1: Es evaluación de resultados, no evaluación de impacto. Se sugiere esta redacción para el indicador: «*Pertinencia de los Mecanismos de evaluación del impacto de las acciones implementadas*». Revisar ¿cuáles «*acciones implementadas*»? Revisar si el indicador busca medir el impacto o el efecto como tal.
- Indicador 5.2: Se recomienda esta redacción: «*Nivel de Inserción de los graduados en el contexto local (económico-productivo, social, cultural, ambiental)*».
- Indicador 5.3:
 - Es difícil medir este indicador en una microcredencial, esto corresponde a un curso.
 - Valorar cambiar la palabra responsabilidad por participación. Revisar para que, de forma transversal, se refleje la influencia y transformación positiva sin alterar la cosmovisión y perspectiva de los territorios.
 - ¿Cómo se mide el nivel de responsabilidad e influencia? Son términos muy subjetivos y sería demasiado complejo de medir, sobre todo por la participación de los empleadores que suele ser baja.
 - Podría dividirse en dos indicadores: Cómo se visualiza la responsabilidad y la influencia.

- ¿Al referirse a las personas graduados se trata de todos los niveles universitarios o no? es necesario aclarar cuando se trata de microcredenciales, por *ej.*
- Indicadores 5.2 y 5.3: Estos dos objetivos se consideran muy pretenciosos para una microcredencial.
- Revisar si es necesario incluir un indicador adicional que tome en cuenta fenómenos sociales como la gentrificación.

I.II. Implicaciones: ¿consideran necesario proponer algún ajuste a realizar en la propuesta acordada durante las sesiones de trabajo de la Primera Reunión General? De ser así, indicar cuál(es) y por qué. De no ser así, poner N/A

N/A

II. Información sobre el ejercicio de validación realizado

II.I Referentes locales consultados.

[...se omite la lista de los referentes locales por razones de privacidad.]

II.Descripción del proceso de validación - ¿Cómo se llevó a cabo el ejercicio de validación? Si se usaron más de un enfoque, mencionar a qué grupo(s) de referentes locales (según el perfil/disponibilidad/...) se consultó de qué manera y explicar el por qué

Para llevar a cabo el proceso de validación se elaboró una guía orientadora para desarrollar los grupos focales virtuales, la cual incluía 4 apartados: Introducción, metodología, perfil de participantes y agenda. Como herramientas de apoyo se construyeron dos formularios en línea: El primero se proporcionó para registrar las recomendaciones que resultaron del análisis en cada grupo focal y el segundo para completar el registro individual de asistencia.

Las personas participantes poseen al menos 3 de los siguientes rasgos:

- Experiencia en el aseguramiento interno y/o externo de la calidad ya sea de carreras, de diversas experiencias de formación en educación superior o de Instituciones de Educación Superior (IES).
- Personal docente de IES costarricenses (públicas y privadas) que han participado en procesos de autoevaluación y acreditación de la calidad.
- Persona especialista o con experiencia en currículo.

- Personas que desarrollan formación y vinculación en los territorios, quienes se han considerado en el proyecto TODOS.

Se llevaron a cabo 4 grupos focales de manera virtual con participación de personas funcionarias del SINAES, la UNED y del TEC. En total se contó con una participación de 29 personas. Estos grupos focales de desarrollaron por medio de las plataformas Teams de Microsoft y Zoom. Bajo consentimiento informado se grabaron las 4 sesiones virtuales y se cuenta con los respaldos digitales correspondientes.

De acuerdo con la metodología desarrollada y aplicada de forma consistente en cada institución, se asignó a una persona moderadora para cada grupo focal, quién estaba a cargo de grabar la sesión, moderar, controlar el tiempo, registrar la retroalimentación en el formulario en línea respectivo y verificar el registro de la asistencia de cada persona participante en el segundo formulario en línea facilitado. Al concluir el espacio de validación de las dimensiones e indicadores, los equipos compartieron sus conclusiones en una plenaria virtual de cierre.

La realimentación facilitada por medio del instrumento en línea se sistematizó integrando las diversas observaciones y organizándolas en 2 categorías:

- Observaciones generales sobre la propuesta.
- Observaciones por dimensión de evaluación.

III. [Opcional] Cualquier otro comentario que quieran compartir

A continuación, se comparte una síntesis de las principales recomendaciones recibidas en el proceso de validación:

- **Mejorar la claridad conceptual:** Se requiere un apartado introductorio que explique el enfoque de Desarrollo Local Sostenible (DLS), el objeto de evaluación y conceptos clave como microcredenciales.
- **Consistencia en el objeto de evaluación:** Los indicadores parecen centrarse en carreras universitarias, dejando de lado otras modalidades (formación continua, educación no formal, microcredenciales).
- **Redacción y alcance de indicadores:**
 - Son demasiado amplios y redactados como objetivos, no como indicadores medibles.
 - Deben especificar qué se mide, cómo y cuándo, ser más concretos y viables en su levantamiento de información.

- **Inclusión y coherencia:** Incorporar el concepto de «*entorno local*» y usar términos más inclusivos como «*actores del territorio*».
- Revisar el criterio transversal de sostenibilidad y comunicación en toda la propuesta.
- **Herramientas complementarias:** Se recomienda elaborar un glosario y un modelo de gestión de calidad (manual, plan de acción). Esta recomendación se considerará en el entregable de la **Tarea 4.6** Recopilar insumos para D4.2 sobre protocolos y herramientas para el aseguramiento de la calidad interna en la vinculación con el territorio, existentes a nivel nacional (de cada país) y a escala internacional.

LÍNEA 3: GARANTÍA DE CALIDAD DESDE LA PERSPECTIVA DE LA PERTINENCIA

Informe sobre los Resultados de la Validación de la Propuesta de Dimensiones e Indicadores para los Mecanismos y Procedimientos de Evaluación Externa de la Calidad desde la perspectiva de la Pertinencia



Autores del informe (nombre(s), apellido(s), institución):

Nombre de la institución socia: **Junta de Acreditación Nacional (JAN)**

Nombres de los autores de la entrega:

- **Marcia Esther Noda Hernández**
- **Silvia María Morales González**
- **Fernando Franco Flores**
- **Adalys Grisell Palomo Alemán**
- **Roberto de Armas Urquiza**
- **Edilberto de Jesús Pérez Ali Osman**

I. Retroalimentación obtenida

I.1. Resumen de la retroalimentación obtenida de las personas consultadas a nivel

país: ¿cómo se ha recibido la propuesta a nivel de su país? ¿qué comentarios se han realizado?

Para la consulta se partió de la información consensuada en la Primera Reunión General —desarrollada en Cuba— sobre las dimensiones e indicadores que caracterizan la calidad desde la perspectiva de la pertinencia para el desarrollo local sostenible. Se emplearon herramientas e instrumentos de diversa naturaleza, lo que permitió obtener una visión integral sobre la validez y pertinencia de las dimensiones e indicadores propuestos, a partir de involucrar a diversas partes interesadas en el proceso, para enriquecer los resultados y fomentar su aceptación. Al mismo tiempo, permitió sistematizar recomendaciones de mejoras generales y específicas por dimensión de evaluación, las cuales se presentan a continuación.

Principales comentarios realizados

- Insuficiente el tratamiento —explícito— en los referentes básicos que conforman los principales conceptos que se abordan en la propuesta, tales como: pertinencia, sostenibilidad y desarrollo local, en las condiciones histórico-concretas cubanas.
- Poco tratado el tema de la inclusión social y la equidad en coherencia con el DLS y los ODS.
- Limitada incorporación de las experiencias cubanas en el tema del DLS, a partir de las normas jurídicas relacionadas con el tema y la sistematización de los resultados de las investigaciones científicas al respecto.
- Desigual tratamiento de las condiciones de DLS, en algunos momentos al hacer referencia a las condiciones sociales y ambientales se obvia lo económico o viceversa.
- Necesidad de incorporar como referencia el libro «*Ascenso a la Raíz*», primer texto publicado sobre el Índice de Desarrollo Humano Local de un colectivo de autores cubanos de varias universidades, publicado en el 2019.
- Ambiguo uso de términos como: territorio, sociedad, contexto, necesidades territoriales y entorno.
- Limitado tratamiento de los ejes transversales y de las competencias a lograr.
- No se describen las dimensiones ni los indicadores propuestos con la profundidad necesaria, tampoco los criterios de evaluación, ni los mecanismos y procedimientos para ello, lo que dificulta su comprensión.
- Carencia de un glosario de términos básicos para facilitar el estudio y aplicación de la propuesta.
- Oportuno uso de microcredenciales, lo que impulsa el empleo de esta poderosa y actualizada herramienta en el modelo de formación continua que defiende el sistema de educación superior cubano.
- Inadecuada redacción de algunos indicadores, donde no se reflejan con claridad los límites de la evaluación.
- La propuesta se basa en un tratamiento teórico actualizado, acorde con las principales tendencias nacionales e internacionales.
- Coherente alineación de las dimensiones que se proponen, con el objeto de evaluación, sustentado en novedosos indicadores.

I.II. Implicaciones: ¿consideran necesario proponer algún ajuste a realizar en la propuesta acordada durante las sesiones de trabajo de la Primera Reunión General? De ser así, indicar cuál(es) y por qué. De no ser así, poner N/A

N/A

II. Información sobre el ejercicio de validación realizado

II.I Referentes locales consultados – el mismo comentario que para CR

[...se omite la lista de los referentes locales por razones de privacidad.]

II.II Descripción del proceso de validación - ¿Cómo se llevó a cabo el ejercicio de validación? Si se usaron más de un enfoque, mencionar a qué grupo(s) de referentes locales (según el perfil/disponibilidad/...) se consultó de qué manera y explicar el por qué

Para la consulta se desarrollaron las siguientes acciones:

1. Revisión Bibliográfica

Objetivo: revisar estudios previos sobre evaluación de la pertinencia de instituciones educativas y su impacto en el desarrollo local, las dimensiones e indicadores que lo caracterizan

Herramientas: Bases de datos académicas (*Google Scholar, JSTOR, Scopus*) para encontrar literatura relevante.

Resultado: definiciones de pertinencia, desarrollo local sostenible, dimensiones e indicadores adecuados al contexto cubano.

2. Entrevistas a Expertos

Objetivo: Obtener opiniones cualitativas de expertos en educación superior, desarrollo sostenible y evaluación institucional.

Herramientas: Guías de entrevistas semiestructuradas que aborden las dimensiones e indicadores propuestos.

Resultados: Envío para solicitar sus criterios a:

- directivos de los dispositivos de gestión interna de la calidad en el país de los diferentes organismos formadores
- expertos en los temas de calidad de las universidades

En total participaron 46 expertos, los que coincidieron en que:

El lenguaje es claro y propicia su comprensión por los directivos universitarios y de los municipios.

Hay consenso con respecto a las propuestas de dimensiones e indicadores, de manera general, aunque se considera que algunos términos pueden contextualizarse mejor

3. Grupos Focos

Objetivo: Reunir a grupos de interés (estudiantes, graduados, empleadores, comunidad) para discutir y validar los indicadores propuestos.

Herramientas: Moderador capacitado y guías de discusión que aborden las dimensiones clave.

Resultados: se crearon 4 grupos:

- Grupo 1: estudiantes universitarios de pregrado y posgrado de la Universidad de Artemisa
- Grupo 2: estudiantes universitarios de pregrado y posgrado de la Universidad de La Habana
- Grupo 3: graduados y empleadores de los mismos de la Universidad de La Habana
- Grupo 4: graduados y empleadores de los mismos de la Universidad de Artemisa

En total participaron 47 personas.

4. Encuestas

Objetivo: Recoger datos cuantitativos sobre la percepción de la pertinencia de la educación superior en el desarrollo local.

Herramientas: Plataformas de encuestas en línea (*Google Forms*) para administrar cuestionarios a diferentes grupos de interés.

Resultados: se aplicaron a:

- Dirigentes a nivel de municipio y consejos populares de las provincias de Holguín (Gibara, Holguín, Urbano Noris, Mayarí y Moa), Granma (Bayamo, Manzanillo, Niquero, Cauto Cristo), Santiago de Cuba (Santiago de Cuba, Contramaestre, Palma Soriano), Ciego de Ávila (Ciego de Ávila, Morón, Ciro Redondo, Chambas), Sancti Spíritus (Trinidad, Sancti Spiritus), Cienfuegos (Aguada de Pasajeros, Cumanayagua, Cienfuegos), Mayabeque (San José, Güines, Jaruco), Artemisa (Artemisa, Caimito, Mariel), La Habana (La Lisa, Plaza de la Revolución)

- Claustros universitarios

En total participaron 92 personas

5. Talleres Participativos

Objetivo: Involucrar a diferentes partes interesadas en la co-creación y validación de los indicadores.

Herramientas: Dinámicas grupales que fomenten la colaboración y el intercambio de ideas.

Resultados: Se organizaron 4 talleres con miembros de la comunidad en municipios seleccionados, participaron 56 personas.

6. Análisis Estadístico

Objetivo: utilizar herramientas estadísticas para validar la fiabilidad y validez de los indicadores a partir de los datos cuantitativos

Herramientas: Software estadístico como *SPSS*, para realizar análisis descriptivos e inferenciales.

Resultados: se confirmó que existió validez en el contenido y concordancia en los criterios obtenidos con las diferentes herramientas aplicadas, por lo que se considera que la información es confiable.

En total se contó con una participación de 241 personas. Se cuenta con las evidencias correspondientes.

III. [Opcional] Cualquier otro comentario que quieran compartir

Se consideró un trabajo profundo, aplicable y útil.

LÍNEA 3: GARANTÍA DE CALIDAD DESDE LA PERSPECTIVA DE LA PERTINENCIA

Informe sobre los Resultados de la Validación de la Propuesta de Dimensiones e Indicadores para los Mecanismos y Procedimientos de Evaluación Externa de la Calidad desde la perspectiva de la Pertinencia



Autores del informe (nombre(s), apellido(s), institución):

- Jorge Jaime Fringe, CNAQ
- Maria Helena Walters, CNAQ
- Rodrigues Ulisses Macada, CNAQ
- Bernardette Manhiça (Unilurio)
- Fátima Ismael (Unilurio)
- Celso Fernando (Unilurio)
- Genoveva Macovela Bene (UJC)
- Nelson Mabucanhane (UJC)
- Francisco Alar (UJC)
- Antonio Alfazema (UJC)

I. Retroalimentación obtenida

I.I. Resumen de la retroalimentación obtenida de las personas consultadas a nivel país:

¿cómo se ha recibido la propuesta a nivel de su país? ¿qué comentarios se han realizado?

Observações gerais

As consultas tiveram como principal objectivo a validação das dimensões previamente desenhadas, no âmbito do processo em curso. Os participantes analisaram criticamente cada dimensão apresentada, avaliando a sua pertinência, clareza, coerência interna e alinhamento com os objectivos estratégicos e as práticas vigentes no ensino superior em Moçambique.

Para além da validação técnica, o encontro proporcionou um espaço participativo para a recolha de contribuições adicionais, tendo sido sugeridas novas ideias com vista ao enriquecimento e fortalecimento das dimensões propostas e respectivos indicadores. Os debates revelaram-se construtivos, permitindo construir consensos e identificar pontos que carecem de reformulação ou aprofundamento.

- Estas dimensões são bastante relevantes porque podem ser usadas na avaliação de microcredenciais que se pretende introduzir em Moçambique.
- O envolvimento das IES na validação é fundamental visto que poderá ajudar na generalização destas dimensões/indicadores para o país.
- Os indicadores coincidem e/ou se complementam com os do SINAQES, com a vantagem adicional de fazerem um reforço na ligação universidade-comunidade. Pelo que, se podia pensar sobre o apetrechamento dos indicadores do SINAQES com os indicadores de pertinência ou relevância.
- Há casos de indicadores, por exemplo sobre envolvimento da comunidade no desenho curricular, que são considerados bastantes relevantes, ainda que constituam um grande desafio para o SINAQES pois este ainda não começou a trabalhar com os mesmos.
- Este exercício mostra-se relevante porque estimula um debate ou reflexão sobre o número de créditos para as microcredenciais.

Para além das reflexões ora apresentadas, os participantes fizeram recomendações que se resumem na necessidade de:

- Melhorar a clareza conceptual de algumas dimensões. Por exemplo, deve-se harmonizar as terminologias: território vs comunidade vs sociedade vs população
- Evitar sobreposição entre áreas temáticas;
- Reforçar indicadores mensuráveis e objectivos;
- Garantir alinhamento com a missão, visão e políticas institucionais;
- Integrar perspetivas transversais relevantes ao contexto organizacional.
- Reflectir sobre a oferta que se vai avaliar, se se trata de avaliação prévia ou em funcionamento
- Substituir a expressão universidade por Instituição de Ensino Superior

I.II. Implicaciones: ¿consideran necesario proponer algún ajuste a realizar en la propuesta acordada durante las sesiones de trabajo de la Primera Reunión General? De ser así, indicar cuál(es) y por qué. De no ser así, poner N/A

Observações por dimensão

Dimensão 1: Gestão e governação institucional

Verifica-se que a dimensão contempla o alinhamento com as políticas regionais, integra a participação comunitária nos processos relevantes e prevê mecanismos de feedback para apoio à tomada de decisão.

De modo geral, a dimensão foi validada pelos participantes, não tendo sido identificadas fragilidades estruturais que comprometessem a sua pertinência. Contudo sugeriram algumas alterações, tais como:

- A necessidade de definição de indicadores operacionais mais claros e mensuráveis, que permitam uma avaliação objetiva da sua implementação;
- A clarificação da articulação entre os mecanismos de governação institucional e o sistema

de garantia da qualidade pedagógica, de forma a evidenciar como as decisões estratégicas impactam diretamente a qualidade dos processos formativos.

- Incluir um indicador sobre existência de uma unidade de gestão que coordena a oferta de microcredenciais
- Devia haver desagregação entre o planeamento e implementação, para torná-los indicadores separados
- Deve-se incluir um indicador sobre monitoria
- No indicador sobre «*Mecanismos de feedback ambiental para a tomada de decisões*» sugere-se o acréscimo do segmento que diz «*baseado em indicadores definidos*».

Dimensão 2: Colaboração Universidade-comunidade

Reconhecendo a sua relevância estratégica para assegurar a pertinência das microcredenciais no contexto territorial, os participantes validaram esta dimensão e os respectivos indicadores. Contudo, sugeriram algumas alterações para o seu fortalecimento e maior operacionalização, tais como:

- Questiona-se como se pode verificar as ações implementadas antes do início da oferta da microcredencial. Por isso, se sugere que em vez de «*Ações implementadas*» fique «*ações que se pretende implementar para integrar o trabalho da universidade com as necessidades da sociedade*».
- Identificação do perfil (geográfico, demográfico, etc) do local de implementação.
- Inserir um indicador sobre recolha de feedback da comunidade sobre a colaboração com a IES
- Inclusão de indicadores quantitativos e mensuráveis, tais como: número de parceiros activos por microcredencial; taxa de empregabilidade ou de aplicação prática das competências adquiridas no contexto local; avaliação da satisfação dos parceiros externos envolvidos.
- Reforço do desenho participativo, envolvendo a comunidade na identificação das necessidades territoriais que fundamentam a criação das microcredenciais.
- No indicador sobre «*Ações implementadas que integram o trabalho da universidade com as necessidades da sociedade*», sugere-se a inclusão de elementos de quantificação, tais como número de pessoas beneficiadas ou quantos problemas locais resolvidos.
- No indicador referente ao território, sugere-se a explicitação, entre parênteses, dos níveis considerados, nomeadamente: regional, municipal e comunitário, de modo a clarificar o alcance da intervenção.

Dimensão 3: Desenho e implementação curricular

Esta dimensão foi validada pelos participantes, reconhecendo-se a sua centralidade para assegurar a qualidade pedagógica e a pertinência das microcredenciais. Não obstante, foram identificados aspectos que devem ser considerados para o seu aperfeiçoamento, com vista a reforçar a consistência curricular e a sua operacionalização, tais como:

- Inserir um indicador sobre existência de parcerias no desenho curricular;
- Inserir um indicador sobre existência de parcerias na implementação do currículo;
- Sugere-se a inclusão de um indicador/conteúdos sobre sustentabilidade;
- Deve-se incluir um indicador sobre empilhabilidade (*stackability*);
- Sugere-se a inclusão de um indicador sobre (tempo e impacto de) intervenção directa do formando na comunidade.

- Inserir um indicador sobre clareza e formulação adequada dos resultados de aprendizagem (*learning outcomes*);
- Inserir um indicador sobre alinhamento coerente entre objectivos, conteúdos programáticos e métodos de avaliação;
- Inserir um indicador sobre utilização de metodologias de ensino e aprendizagem centradas no estudante;
- Inserir um indicador para aferir se a microcredencial dispõe de: uma matriz estruturada de competências técnicas e transversais; evidências claras de aplicabilidade prática dos conhecimentos e competências no contexto profissional ou territorial.

Dimensão 4: Aprendizagem ao longo da vida

Esta dimensão bem como os indicadores foram validados pelos participantes. Todavia, foram identificados alguns aspectos a considerar para o seu reforço e maior operacionalização, designadamente:

- Passagem do indicador «*Ligação entre propostas de formação focadas (micro-credenciais) e programas de licenciatura e pós-graduação*» para dimensão desenho e implementação curricular.
- Passagem do indicador «*Relação entre propostas de formação em diferentes níveis da mesma disciplina*» para dimensão desenho e implementação curricular.
- Inclusão de indicadores que permitam medir efectivamente a promoção da aprendizagem ao longo da vida, especialmente no que se refere à continuidade académica;
- Inserir um indicador para aferir a taxa de reconversão ou requalificação profissional dos formandos;
- Inserir um indicador para aferir a diversidade de perfis dos estudantes (idade, experiência profissional, área de formação, entre outros);
- Inserir um indicador para avaliar o grau de flexibilidade dos formatos de oferta formativa (online, híbrido, modular, intensivo);

Dimensão 5: Impacto e transformação social

A dimensão foi validada pelos participantes, reconhecendo-se a sua importância para aferir os efeitos concretos das microcredenciais no contexto territorial e institucional.

Ainda assim, foram identificados aspectos a considerar para o seu fortalecimento, com vista a tornar a avaliação do impacto mais objectiva, estruturada e mensurável, nomeadamente:

- Inserir indicadores sobre níveis de impacto diferenciados, contemplando: impacto imediato (empregabilidade, aplicação prática das competências adquiridas); impacto intermédio (inovação, melhoria de processos e desempenho organizacional); impacto estrutural (contributo para a transformação territorial em termos económicos, sociais, culturais ou ambientais);
- Inserir indicadores mensuráveis, tais como: recolha de testemunhos estruturados e evidências documentadas que comprovem mudanças ou melhorias decorrentes da formação.
- Inserir indicadores sobre dados de empreendedorismo local, envolvimento comunitário e contributo para iniciativas de desenvolvimento territorial.

II. Información sobre el ejercicio de validación realizado

II.I Referentes locales consultados

[...a lista de referências locais foi omitida por motivos de privacidade.]

II.II Descripción del proceso de validación - ¿Cómo se llevó a cabo el ejercicio de validación?

Si se usaron más de un enfoque, mencionar a qué grupo(s) de referentes locales (según el perfil/disponibilidad/...) se consultó de qué manera y explicar el por qué

A auscultação foi realizada de forma separada entre o CNAQ e as instituições de ensino superior, nomeadamente a UJC e a Unilúrio. O CNAQ fez auscultação interna ao seu pessoal de órgãos directivos, técnicos e gestores de procedimentos. As IES, por seu turno, fizeram auscultação ao seu grupo-alvo, constituído por docentes e membros do Corpo Técnico Administrativo (CTA). Importa referir que alguns dos docentes já se encontram afectos aos Departamentos de Qualidade das respectivas faculdades.

O exercício da validação compreendeu três momentos. No primeiro momento fez-se a apresentação e explicação da natureza e objectivos do projecto. Depois explicou-se os passos seguidos para ao alcance das dimensões e indicadores de pertinência que seriam validados. No segundo momento, os participantes foram divididos em grupos para discutirem a validade das dimensões e indicadores de pertinências propostos. Neste exercício contaram com a assistência e apoio dos membros do projecto. O último momento consistiu numa partilha e discussão das ideias desenvolvidas pelos grupos focais das três (3) instituições parceiras para implementação do projecto TODOS em Moçambique.

III. [Opcional] Cualquier otro comentario que quieran compartir

N/A

Indicadores para evaluar las dimensiones, definición y como medirlos

1. Gestión y gobernanza institucional

1.1 Cumplimiento de Objetivos de Planificación y Ejecución de Acciones Relacionadas con el Desarrollo Local Sostenible.

Componentes del Indicador:

1. Número de objetivos establecidos en el plan de desarrollo local sostenible.
2. Número de objetivos alcanzados en un período determinado.
3. Porcentaje de acciones ejecutadas en relación con las planificadas.

Cómo Medirlo:

1. Revisión Documental: Analizar los planes de desarrollo local sostenible existentes para identificar los objetivos establecidos. Documentar las acciones planificadas y su cronograma de implementación.
2. Monitoreo y Evaluación: Establecer un sistema de seguimiento que permita registrar la ejecución de cada acción. Realizar informes periódicos (trimestrales o anuales) que documenten el avance en la consecución de los objetivos.
3. Cuantificación: Calcular el porcentaje de objetivos alcanzados con el uso de la fórmula:

$$\text{Porcentaje de objetivos alcanzados} = \frac{\text{Número de objetivos alcanzados}}{\text{Número total de objetivos establecido}} \times 100$$

4. Evaluaciones Cualitativas: Realizar encuestas o entrevistas a actores clave (funcionarios, líderes comunitarios, ciudadanos) para evaluar la percepción sobre la efectividad y el impacto de las acciones ejecutadas. Incorporar testimonios y estudios de caso que ilustren el impacto real de las acciones en la comunidad.
5. Análisis Comparativo: Comparar los resultados obtenidos con los objetivos iniciales y con otros períodos anteriores para evaluar tendencias y mejoras en la gestión institucional.
6. *Feedback* y Ajustes: Utilizar los resultados obtenidos para retroalimentar el proceso de planificación, identificando áreas de mejora y ajustando estrategias según sea necesario.

1.2 Articulación de las Acciones con las Normativas y Estrategias Regionales/ Municipales/ Comunitarias.

Componentes del Indicador:

1. Número de normativas y estrategias relevantes identificadas.
2. Número de acciones implementadas que están alineadas con dichas normativas y estrategias.
3. Porcentaje de acciones que cumplen con los lineamientos establecidos en las normativas y estrategias.

Cómo Medirlo:

1. Revisión Documental: Identificar y recopilar las normativas y estrategias relevantes a nivel regional, municipal y comunitario que se relacionen con el desarrollo sostenible. Analizar los planes de acción y proyectos implementados para determinar cuáles están alineados con estas normativas.
2. Inventario de Acciones: Crear un inventario de todas las acciones realizadas por la institución en un período determinado (ej.: un año). Clasificar estas acciones según su alineación con las normativas y estrategias identificadas.
3. Cuantificación: Calcular el porcentaje de acciones alineadas con el uso de la fórmula:

$$\text{Porcentaje de acciones alineadas} = \frac{\text{Número de acciones alineadas}}{\text{Número total de acciones implementada}} \times 100$$

4. Evaluaciones Cualitativas: Realizar entrevistas o encuestas a funcionarios y actores clave para evaluar su percepción sobre la articulación entre las acciones implementadas y las normativas. Recopilar ejemplos específicos donde la alineación ha tenido un impacto positivo o negativo en la ejecución de acciones.
5. Análisis de Desviaciones: Identificar acciones que no estén alineadas con las normativas y analizar las razones detrás de esta falta de alineación. Evaluar si hay barreras institucionales, falta de capacitación o recursos que impidan la adecuada articulación.
6. Recomendaciones y Ajustes: Utilizar los resultados obtenidos para formular recomendaciones que mejoren la articulación entre las acciones y las normativas. Proponer ajustes en la planificación y ejecución de acciones para asegurar una mayor coherencia con las estrategias regionales y municipales.

1.3 Nivel de Participación de la Comunidad en los Procesos de Toma de Decisiones para la Implementación de Acciones para el Desarrollo Sostenible (DLS).

Componentes del Indicador:

1. Número de reuniones comunitarias realizadas
2. Porcentaje de participación comunitaria
3. Diversidad de actores involucrados
4. Número de propuestas comunitarias consideradas
5. Satisfacción de la comunidad

Cómo Medirlo:

1. Identificación de Espacios de Participación: Listar los espacios (reuniones, talleres, foros, etc.) donde se lleva a cabo la toma de decisiones relacionadas con el DLS.
2. Cuantificación de la Participación: Contar el número total de participantes comunitarios en estos espacios. Comparar este número con el total de participantes (incluyendo funcionarios y otros actores) para calcular el porcentaje de participación comunitaria. Empleo de la fórmula:

$$\text{Porcentaje de participación comunitaria} = \frac{\text{Número de participantes comunitarios}}{\text{Número total de participante}} \times 100$$

3. Análisis Cualitativo: Realizar encuestas o entrevistas a los miembros de la comunidad sobre su percepción respecto a su nivel de participación y su influencia en las decisiones tomadas Preguntar sobre la satisfacción con el proceso y si se sienten escuchados. Recopilar testimonios o casos específicos donde la participación comunitaria haya influido en decisiones clave.
4. Recomendaciones y Ajustes: Evaluar las dinámicas de poder en la toma de decisiones para identificar barreras a la participación.

1.4 Mecanismos de Retroalimentación para la Toma de Decisiones en los Procesos Internos de Gestión de la Calidad.

Componentes del Indicador:

1. Frecuencia de revisiones internas
2. Canales de retroalimentación establecidos
3. Porcentaje de sugerencias implementadas
4. Tiempo de respuesta a la retroalimentación
5. Capacitación del personal en gestión de calidad

Cómo Medirlo:

1. Identificación de Mecanismos: Listar los mecanismos formales e informales establecidos para la retroalimentación (reuniones, encuestas internas, buzones de sugerencias, plataformas digitales, etc.).
2. Cuantificación del Uso: Medir cuántas veces se utilizan estos mecanismos en un período determinado. Calcular el porcentaje de empleados o miembros del equipo que han utilizado estos mecanismos para dar retroalimentación. Empleo de la fórmula:

$$\text{Porcentaje de uso de mecanismos} = \frac{\text{Número de usuarios de mecanismos}}{\text{Número total de empleado}} \times 100$$

3. Evaluación de la Efectividad: Realizar encuestas para evaluar la percepción de los empleados sobre la efectividad de los mecanismos de retroalimentación. Preguntar si sienten que sus comentarios son tomados en cuenta y si han visto cambios como resultado.
4. Análisis de Resultados: Revisar actas o informes donde se documente cómo se ha utilizado la retroalimentación para realizar mejoras en los procesos. Evaluar si hay un seguimiento documentado a las sugerencias realizadas.
5. Establecimiento de Indicadores Adicionales: Considerar indicadores adicionales, como el tiempo promedio que toma implementar cambios basados en retroalimentación recibida.

2. Colaboración IES – Sociedad

2.1 Mecanismos para Detectar Necesidades y Oportunidades Actuales y Futuras.

Componentes del Indicador:

1. Existencia de mecanismos formales de diagnóstico (encuestas, observatorios, mesas de trabajo, etc.)
2. Participación de actores territoriales en la identificación de necesidades
3. Periodicidad y actualización de los diagnósticos
4. Incorporación de enfoques prospectivos (visión a futuro)
5. Uso de información para la toma de decisiones institucionales

Cómo Medirlo:

1. Identificación de Mecanismos:
 - Listar los métodos y herramientas utilizados (encuestas, entrevistas, foros, grupos focales, análisis de datos secundarios, etc.) para recopilar información sobre necesidades y oportunidades.
2. Frecuencia de Uso:

- Registrar la cantidad de veces que se han utilizado estos mecanismos en un período determinado (*ej.*: anualmente).

3. Participación de Actores Sociales:

- Medir el número de actores sociales (comunidades, empresas, organizaciones no gubernamentales, etc.) que han participado en estos procesos.
- Calcular el porcentaje de actores involucrados respecto al total identificado en el territorio.

4. Calidad de la Información Recopilada:

- Evaluar la utilidad de la información obtenida mediante encuestas a los actores sociales sobre si consideran que las necesidades detectadas son representativas.

2.2 Alianzas Colaborativas y Relaciones Establecidas entre las IES y los Actores Territoriales.

Componentes del Indicador:

1. Cantidad y diversidad de convenios y acuerdos establecidos
2. Nivel de formalización de las alianzas (contratos, memorandos, redes)
3. Participación en redes interinstitucionales
4. Grado de interacción sostenida (no relaciones puntuales)
5. Evaluación de la calidad e impacto de las alianzas

Cómo Medirlo:

1. Inventario de Alianzas:

- Crear un registro de las alianzas formales e informales establecidas, incluyendo detalles como el tipo de alianza, objetivos y duración.

2. Número de Alianzas Activas:

- Contar el número total de alianzas activas en un período determinado.

3. Evaluación de Resultados:

- Realizar encuestas o entrevistas a los socios sobre la efectividad y beneficios de las alianzas.
- Preguntar sobre el impacto que estas alianzas han tenido en el desarrollo comunitario o en proyectos específicos.

4. Proyectos Conjuntos:

- Documentar cuántos proyectos han sido desarrollados conjuntamente entre la universidad y los actores territoriales como resultado de estas alianzas.

2.3 Acciones Implementadas que Integren el Quehacer Universitario con las Necesidades de la Sociedad.

Componentes del Indicador:

1. Número y tipo de proyectos de vinculación desarrollados
2. Integración de funciones sustantivas (docencia, investigación, extensión)
3. Participación de estudiantes y docentes
4. Pertinencia de las acciones respecto a las necesidades detectadas
5. Resultados e impactos generados en la comunidad

Cómo Medirlo:

1. Registro de Proyectos:
 - Mantener un registro detallado de los proyectos o iniciativas que han sido diseñadas e implementadas en respuesta a las necesidades sociales.
2. Evaluación del Impacto:
 - Realizar evaluaciones periódicas del impacto de estas acciones en la comunidad.
 - Utilizar encuestas para medir la satisfacción de los beneficiarios con respecto a las acciones implementadas.
3. Número de Acciones Implementadas:
 - Contar cuántas acciones han sido ejecutadas en un período específico (ej.: anualmente).
4. Articulación con Currículo Académico:
 - Evaluar en qué medida estas acciones están integradas en el currículo académico (prácticas, proyectos de servicio comunitario, etc.).

2.4 Articulación entre las Investigaciones y los Insumos del Territorio.

Componentes del Indicador:

1. Correspondencia entre líneas de investigación y problemáticas territoriales
2. Participación de actores externos en el diseño de investigaciones
3. Transferencia de resultados (tecnología, conocimiento, innovación)
4. Aplicación práctica de los resultados investigativos
5. Evaluación del impacto territorial de la investigación

Cómo Medirlo:

1. Análisis de Proyectos de Investigación:
 - Revisar los proyectos de investigación llevados a cabo en la universidad y clasificarlos según su relevancia para las necesidades del territorio.

2. Colaboración con Actores Locales:– Medir cuántas investigaciones se han realizado en colaboración con actores locales (gobiernos, empresas, comunidades) y documentar los resultados.
3. Transferencia de Conocimientos:
 - Evaluar cuántas investigaciones han dado lugar a productos o servicios que benefician directamente a la comunidad (publicaciones, talleres, capacitación).
4. *Feedback* del Territorio:
 - Realizar encuestas o entrevistas a actores locales sobre su percepción acerca de la relevancia y aplicabilidad de las investigaciones realizadas por la universidad.

3. Diseño e implementación curricular

3.1 Coherencia entre el Perfil del Graduado, el Currículo y las Necesidades Territoriales.

Componentes del Indicador:

1. Correspondencia entre perfil del graduado y los objetivos del currículo.
2. Integración de las necesidades y problemáticas del territorio en los contenidos académicos.
3. Alineación entre competencias desarrolladas y requerimientos del entorno laboral o social.
4. Existencia de mecanismos de retroalimentación entre actores del territorio y la IES.

Cómo Medirlo:

1. Análisis Documental:

- Revisar y comparar el perfil del graduado con los objetivos de aprendizaje del currículo y las necesidades identificadas en el territorio.
- Realizar un mapeo de competencias y habilidades requeridas en el contexto local y compararlas con las que se enseñan en el currículo.

2. Encuestas a Actores Sociales:

- Aplicar encuestas a empleadores, egresados y actores comunitarios para evaluar si consideran que el perfil del graduado responde a las necesidades del territorio.

3. Reuniones de Validación:

- Organizar reuniones con grupos focales compuestos por docentes, estudiantes y representantes de la comunidad para discutir la coherencia entre estos elementos.

4. Evaluación de Resultados:

- Analizar la tasa de empleabilidad de los graduados en relación con las áreas identificadas como prioritarias en el territorio.

3.2 Frecuencia y Actualización del Perfil del Graduado.

Componentes del Indicador:

1. Periodicidad de la revisión del perfil del graduado.
2. Incorporación de cambios en el contexto territorial, tecnológico o profesional.
3. Participación de docentes, estudiantes y actores externos en la actualización.
4. Documentación formal de versiones del perfil y ajustes realizados.

Cómo Medirlo:

1. Registro de Revisiones:
 - Mantener un registro de las fechas y resultados de las revisiones del perfil del graduado, incluyendo quiénes participaron en el proceso.
2. Periodicidad Establecida:
 - Establecer un cronograma para la revisión del perfil (anual, bienal, etc.) y verificar su cumplimiento.
3. Informe de Cambios:
 - Documentar los cambios realizados en el perfil del graduado tras cada revisión, así como las razones que justificaron dichos cambios.
4. *Feedback* de la Comunidad Académica:
 - Realizar encuestas o entrevistas a docentes y estudiantes sobre su percepción acerca de la relevancia y actualización del perfil del graduado.

3.3 Desarrollo de Competencias o Resultados de Aprendizaje para el DLS.

Componentes del Indicador:

1. Inclusión de competencias relacionadas con desarrollo local, sostenibilidad, innovación y responsabilidad social.
2. Claridad de los resultados de aprendizaje esperados.
3. Integración de actividades prácticas o proyectos de vinculación que refuercen las competencias.
4. Evaluación de la adquisición de competencias mediante instrumentos de seguimiento y medición.

Cómo Medirlo:

1. Revisión Curricular:
 - Evaluar si cada programa académico tiene claramente definidos los resultados de aprendizaje y competencias esperadas para los graduados.
2. Comparación con Estándares Externos:
 - Comparar los resultados de aprendizaje con estándares nacionales e internacionales en educación superior para evaluar su pertinencia.

3. Evaluación por Parte de Expertos:

- Invitar a expertos en educación y representantes del sector productivo a revisar y opinar sobre las competencias definidas en cada programa.

4. Encuestas a Estudiantes:

- Realizar encuestas a estudiantes sobre su percepción acerca de si están adquiriendo las competencias necesarias según lo establecido en el currículo.

3.4 Grado de flexibilidad del currículo para incorporar aprendizajes provenientes del territorio.

Componentes del Indicador:

1. Posibilidad de incluir experiencias prácticas, proyectos o pasantías basadas en el territorio.
2. Adaptabilidad de contenidos y asignaturas ante nuevas necesidades.
3. Existencia de módulos optativos o itinerarios personalizados.
4. Mecanismos de retroalimentación continua que permitan ajustes curriculares según demandas externas.

Cómo Medirlo:

1. Análisis Curricular:

- Revisar el currículo para identificar espacios (asignaturas optativas, proyectos integradores, prácticas) donde se permita la incorporación de aprendizajes externos.

2. Número de Proyectos Integradores:

- Contar cuántos proyectos o asignaturas han sido diseñados específicamente para incorporar conocimientos y experiencias del territorio.

3. Flexibilidad en la Estructura Curricular:

- Evaluar si existen mecanismos formales para modificar o adaptar el currículo en respuesta a nuevas necesidades o aprendizajes emergentes (ej.: comités curriculares).

4. Testimonios y Casos Prácticos:

- Recoger testimonios de estudiantes y docentes sobre experiencias concretas donde se haya integrado el aprendizaje del territorio en el currículo.

4. Aprendizaje a lo largo de la vida

4.1 Articulación de Propuestas Formativas Focalizadas (Microcredenciales) con la Oferta de Pre y Posgrado.

Componentes del Indicador:

1. Existencia de correspondencia curricular entre microcredenciales y programas de pregrado/posgrado.
2. Posibilidad de acreditar créditos de microcredenciales dentro de programas formales.

3. Integración de competencias y conocimientos adquiridos en microcredenciales al perfil profesional del graduado.
4. Coordinación entre departamentos o facultades para la coherencia formativa

Cómo Medirlo:

1. Revisión Documental:

- Analizar los planes de estudio de las microcredenciales y compararlos con los programas de pregrado y posgrado para identificar conexiones y articulaciones.

2. Encuestas a Estudiantes:

- Realizar encuestas a estudiantes de pregrado y posgrado sobre su conocimiento y percepción de las microcredenciales y cómo estas complementan su formación.

3. Entrevistas con Docentes:

- Llevar a cabo entrevistas con docentes responsables de las microcredenciales y programas de pregrado/posgrado para evaluar la colaboración y alineación curricular.

4. Análisis de Inscripciones:

- Evaluar la tasa de inscripción de estudiantes en microcredenciales después de completar programas de pregrado o posgrado, así como el impacto en su trayectoria profesional.

4.2 Relación entre las Propuestas Formativas en los Diferentes Niveles de la Misma Disciplina.

Componentes del Indicador:

1. Secuencia lógica de contenidos y competencias entre niveles básicos, intermedios y avanzados.
2. Integración de conocimientos previos y progresión de aprendizaje.
3. Cohesión entre metodologías y resultados de aprendizaje en los distintos niveles.
4. Existencia de mecanismos de evaluación y seguimiento de la continuidad formativa.

Cómo Medirlo:

1. Mapeo Curricular:

- Realizar un mapeo de las competencias y contenidos en los diferentes niveles (pregrado, posgrado, microcredenciales) para identificar la continuidad y progresión en el aprendizaje.

2. Análisis de Resultados de Aprendizaje:

- Comparar los resultados de aprendizaje establecidos en cada nivel para verificar si hay una clara progresión y desarrollo de competencias.

3. *Feedback* de Estudiantes:

- Recoger opiniones de estudiantes que hayan transitado por diferentes niveles formativos para conocer su percepción sobre la coherencia entre ellos.

4. Reuniones de Coordinación Académica:

- Facilitar reuniones entre coordinadores de programas de pregrado y posgrado para discutir y evaluar la relación entre las propuestas formativas.

4.3 Capacidad de las IES para Atender a las Poblaciones en su Necesidad de Formación y Actualización.

Componentes del Indicador:

1. Identificación de grupos y perfiles de estudiantes/adultos interesados en formación continua.
2. Variedad y pertinencia de programas de actualización, cursos cortos o talleres.
3. Accesibilidad de la formación: modalidades presencial, virtual o híbrida.
4. Evaluación de la satisfacción y logro de objetivos formativos de los participantes.
5. Capacidad de adaptación rápida a nuevas necesidades de aprendizaje del territorio o mercado laboral.

Cómo Medirlo:

1. Análisis Demográfico:

- Realizar un análisis demográfico de la población objetivo en el territorio para identificar sus necesidades formativas específicas.

2. Encuestas a Poblaciones Objetivo:

- Aplicar encuestas a diferentes grupos poblacionales (trabajadores, profesionales, comunidades) para conocer sus necesidades de formación y actualización.

3. Evaluación de Programas Ofrecidos:

- Revisar la oferta académica actual para determinar cuántos programas están diseñados específicamente para atender las necesidades identificadas en la población.

4. Colaboraciones con el Sector Productivo:

- Evaluar alianzas con empresas y organizaciones comunitarias que faciliten la identificación de necesidades formativas y permitan el diseño de programas adecuados.

5. Tasa de Participación:

- Medir la tasa de participación en programas formativos por parte de las poblaciones objetivo, así como el número de graduados o certificados obtenidos.

5. Impacto y transformación social

5.1 Mecanismos de evaluación del impacto de las acciones implementadas.

Componentes del Indicador:

1. Existencia de metodologías y herramientas para medir impactos (cuantitativas y cualitativas).
2. Cobertura de la evaluación: proyectos, programas y actividades de vinculación.
3. Inclusión de retroalimentación de actores sociales y territoriales.
4. Registro y análisis de los resultados obtenidos y lecciones aprendidas.

5. Frecuencia de las evaluaciones y actualización de los indicadores de impacto.

Cómo Medirlo:

1. Revisión de Documentación:

- Analizar los documentos institucionales que describen los mecanismos de evaluación (protocolos, informes, metodologías).

2. Entrevistas con Responsables:

- Realizar entrevistas con los responsables de la evaluación de programas para entender los métodos utilizados y su efectividad.

3. Análisis de Resultados:

- Evaluar los informes de impacto generados por las evaluaciones realizadas, observando cambios en indicadores sociales, económicos o educativos en la comunidad.

4. Encuestas a Beneficiarios:

- Aplicar encuestas a beneficiarios de programas para recoger su percepción sobre el impacto de las acciones implementadas en sus vidas.

5. Frecuencia de Evaluaciones:

- Medir la frecuencia con la que se realizan las evaluaciones y si se utilizan los resultados para mejorar futuros programas.

5.2 Inserción de los graduados en el contexto local.

Componentes del Indicador:

1. Porcentaje de graduados trabajando en el territorio o contribuyendo a su desarrollo.
2. Correspondencia entre competencias adquiridas y necesidades locales.
3. Participación en proyectos locales, emprendimientos o actividades comunitarias.
4. Permanencia y desarrollo profesional dentro del contexto local.

Cómo Medirlo:

1. Tasa de Empleo:

- Realizar un seguimiento a la tasa de empleo de graduados en el contexto local mediante encuestas o bases de datos laborales.

2. Análisis de Trayectorias Profesionales:

- Recoger información sobre las trayectorias laborales de los graduados, incluyendo sectores en los que trabajan y roles ocupados.

3. Colaboración con Empresas Locales:

- Establecer alianzas con empresas locales para obtener datos sobre la contratación de graduados y su desempeño en el trabajo.

4. Encuestas a Graduados:

- Aplicar encuestas a graduados para conocer su percepción sobre la preparación recibida y su capacidad para contribuir al desarrollo local.

5. Proyectos Comunitarios:

- Evaluar la participación de graduados en proyectos comunitarios o iniciativas locales que busquen mejorar la calidad de vida en la región.

5.3 Nivel de responsabilidad e influencia de los graduados en la toma de decisiones, innovación y transformación social.

Componentes del Indicador:

1. Participación de graduados en procesos de toma de decisiones y gestión institucional o comunitaria.
2. Contribución a innovación, emprendimiento o proyectos de desarrollo local.
3. Nivel de reconocimiento de su liderazgo en la comunidad o sector.
4. Impacto de sus acciones en transformaciones sociales, económicas o culturales.

Cómo Medirlo:

1. Participación en Espacios de Toma de Decisiones:
 - Identificar y documentar la participación de graduados en consejos, comités o juntas directivas que influyen en políticas locales o regionales.
2. Iniciativas Innovadoras:
 - Recoger información sobre proyectos innovadores liderados por graduados que hayan tenido un impacto positivo en la comunidad.
3. Encuestas a Graduados:
 - Realizar encuestas para evaluar la percepción de los graduados sobre su capacidad para influir en decisiones comunitarias y su implicación en procesos sociales.
4. Estudios de Caso:
 - Desarrollar estudios de caso sobre graduados que hayan logrado un impacto significativo en sus comunidades a través de iniciativas sociales o empresariales.
5. Colaboraciones con Organizaciones Sociales:
 - Medir el número de graduados que colaboran con organizaciones no gubernamentales o iniciativas sociales, así como su rol en estas colaboraciones.